

JUSSARA BRESSAN NEPTUNE

CEPEC - A ESCOLA CIDADÃ

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

1989

JUSSARA BRESSAN NEPTUNE

Este exemplar corresponde a  
redação final da dissertação  
de Mestrado defendida por  
Jussara Bressan Neptune e  
aprovada pela comissão  
juladora em 02/08/89

*J. Carvalho*

CEPEC - ESCOLA CIDADÃ

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Educação (Administração e Supervisão Educacional) a Comissão julgadora da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Maria Lúcia Rocha Duarte Carvalho.

Comissão Julgadora

*Alc. Carvalho*  
*J. G. Monteiro*  
*A. M. M. M.*

Ao João, meu marido, pela  
incontestável e inabalável  
dedicação à causa da justiça e  
a luta por uma sociedade de  
todos.

Agradeço,

A meu pai, Louis, pelas ideias debatidas e pelo grande incentivo desse trabalho.

A minha mãe, Nair pela compreensão, dedicação e respeito dos momentos difíceis desse trabalho.

A todos os companheiros da luta travada junta nos Centros Polivalentes de Educação e Cultura e em especial a Ana Lúcia que muito contribuiu para essa minha formação de hoje.

Em especial, a minha orientadora Maria Lúcia Duarte Carvalho, incansável, dedicada e crítica permitiu que com ampla liberdade desenvolvesse esse trabalho.

A Noemi e Izaura, pelas críticas que fizeram com que esse trabalho pudesse ser uma contribuição para a Educação de hoje.

A Noemi, pelo entusiasmo com que realizou as pesquisas sem as quais este trabalho não poderia ter sido concluído.

Aos funcionários da UNICAMP, em especial a Nadir e Marina pelo atendimento gentil e interessado.

A Iza e Rejane pela valiosa digitação.

Ao CNPq, a CAPES e a FINEP pelo imprescindível apoio financeiro.

Campinas, Agosto de 1989

Jussara Bressan Neptune

## RESUMO

O presente trabalho tenta colocar a Educação Popular pela via da subversão da ordem vigente, tendo como objetivo de estudo, a experiência dos Centros Polivalentes de Educação e Cultura - CEPEC's, da Administração Municipal de Piracicaba, no período de 77 a 82, mostrando que quando existe a vontade política é possível se resgatar o sonho de uma sociedade justa, liberta e igualitária.

## I N D I C E

	Pag.
CAPITULO I .....	1
1. O PROBLEMA .....	1
1.1 - Introdução .....	1
1.2 - Estabelecimento do Problema .....	6
1.3 - Objetivos de Estudo .....	7
1.4 - Questões de Estudo .....	8
1.5 - Justificativa .....	9
1.5.1 - Considerações gerais .....	9
CAPITULO II .....	11
1. CIDADANIA: UMA OUTRA VISÃO .....	11
2. PARTICIPAÇÃO: PRESSUPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA .....	12
3. EDUCAÇÃO: CONDIÇÃO PARA A CIDADANIA .....	25
4. A ESCOLA DESEJADA: CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO .....	30
CAPITULO III .....	38
1. CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA .....	38
2. CEPEC'S: CENTROS POLIVALENTES DE EDUCAÇÃO E CULTURA .....	51
2.1 - Justificativas .....	51
2.2 - O que são CEPEC's .....	52
2.2.1 - Descrição física dos CEPEC's .....	53
2.2.2 - Tipos de CEPEC's .....	54
2.2.3 - Critérios para o atendimento .....	55

	Pag.
2.2.4 - Atividades rotineiras desenvolvidas..	56
2.2.5 - O corpo docente .....	59
2.2.6 - Programa de educação complementar de adultos .....	60
3. CEPEC'S: FILOSOFIA EDUCACIONAL .....	69
4. CEPEC'S: ABORDAGEM POLITICA-EDUCACIONAL .....	74
5. POR QUE CEPEC'S? .....	82
6. CEPEC'S: PONTO DE CONTATO COM O POVO .....	87
CAPITULO IV - METODOLOGIA .....	108
1. POPULAÇÃO .....	108
2. INSTRUMENTO DE PESQUISA .....	111
2.1 - Da Escolha do Instrumento .....	111
2.2 - Da Elaboração das Entrevistas .....	111
2.3 - Coleta de Dados .....	112
2.4 - Tratamento dos Dados .....	113
CONCLUSÕES .....	114
BIBLIOGRAFIA .....	138
ANEXOS .....	142

## CAPITULO I

O presente capítulo coloca, como problema de estudo, o trabalho em Educação Popular procurando enfatizar qual via ela deve percorrer, ou seja, a da subversão da ordem vigente.

Tomamos, então, como objetivos de estudo, a experiência dos Centros Polivalentes de Educação e Cultura - CEPEC'S, da Administração Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo, gestão de 1977 a 82, como um dos pontos de contato da ideologia das camadas populares, no resgate da cidadania.

### 1. O PROBLEMA

#### 1.1. INTRODUÇÃO

Na realidade brasileira desses últimos anos, constata-se, uma grande dinamização da sociedade civil, ou seja, a presença de movimentos sociais populares, de grupos, de organizações populares cujas práticas econômicas, políticas e ideológicas trazem elementos novos no sentido de

uma crescente democratização. Trazem ainda problemas educativos de fundamental importância para toda a sociedade brasileira. Nesse sentido, o que devemos assinalar é a cotidiana luta do homem do campo, da fábrica; a luta diária pela sobrevivência - alimentação, saúde, moradia e educação, que estão vinculadas à sua posição de classe, a suas condições de vida e de trabalho.

As lutas das classes trabalhadoras se desenvolvem no concreto e no cotidiano como forma de resistência ativa e efetiva ao exercício das classes dominantes. Para ROCHA, "estas lutas se realizaram nos mais diferentes pontos de rede social não tendo se constituído inevitavelmente como luta de resistência ao poder de Estado; elas se efetuaram justamente onde - integradas ou não ao Estado - as relações de poder das classes dominantes estavam se efetivando"<sup>(1)</sup>

Defrontaram-se com os proprietários de terra, de fábricas; com a especulação imobiliária; com as multinacionais; com o poder local.

Alguns educadores pensam em realizar uma educação popular unicamente porque têm como destinatários os setores populares, quando, na verdade, os métodos e conteúdos do seu trabalho continuam os mesmos da classe burguesa. É preciso que, ao assumirmos um trabalho dessa

---

<sup>1</sup> ROCHA, R. Educação Popular e Poder. p. 271.

natureza, termos a clareza do que significa, antes de mais nada, Educação Popular.

"A Educação Popular é um processo de conscientização. Isto significa que a Educação tem como uma de suas tarefas produzir um desbloqueio ideológico que permita enxergar os enganos da ideologia dominante enquanto instrumento que visa justificar a exploração. Além disso, a conscientização significa a passagem de uma consciência ingênua e mítica a uma consciência crítica, que permita situar os problemas no todo da estrutura social e compreendê-los em suas causas"<sup>(2)</sup>.

Acreditamos que o trabalho em Educação popular deva ser realizado por grupos conscientes que buscam uma identificação com as classes populares, auxiliando-as e tentando, de forma crítica, constituírem-se em verdadeiros "intelectuais orgânicos"<sup>(3)</sup> delas. A Educação Popular, assim entendida deixaria de ser meramente, para as camadas populares, constituindo-se em um esforço de se fazer um trabalho educativo em conjunto com a população, sem perder suas especificidades, e, onde os parceiros se encontrariam numa experiência de conhecimento mútuo, comum.

---

<sup>2</sup> Xerox da tradução e adaptação do artigo publicado na revista Solidariedade, de Bogotá, Abril 81, foi feita pelos cadernos do CEAS, n. 77, de Jan/Fev. 82 e publicado pelo "O São Paulo", n. 1352.

<sup>3</sup> GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura, p. 7.

Portanto, consideramos que a tarefa prioritária do nosso país, no que se refere às políticas sociais, deva ser a implantação de amplos programas de democratização da Educação, que garantam o acesso das massas à cultura e à introdução das últimas e mais aperfeiçoadas técnicas educativas e científicas. Com isso, estamos enfatizando que, para tanto, a Educação deve ser considerada como elemento chave, aquela que garantirá o desenvolvimento da sociedade e não mais aquela que garanta a ação moralizadora da sociedade. Esse desvio (se assim o podemos considerar) tem suas raízes na ideologia dominante do nosso subdesenvolvimento, ou seja, o sistema capitalista dependente esconde o verdadeiro papel da Educação em uma sociedade classista. "Explica-se com causas morais e culturais o que de fato em raízes estruturais econômicas: analisa-se em termos individuais os problemas de caráter social e entende-se em termos de homem o que deve ser entendido em termos de classe"<sup>(4)</sup>.

Por conseguinte, não podemos continuar a aceitar a Educação que venha ou do assistencialismo, ou do populismo ou do Teoricismo. É preciso que encontremos, o nível da prática educativa, esses desvios sem perder de vista a relação da comunidade, em que se trabalha, com a

---

<sup>4</sup> Xerox da tradução e adaptação do artigo publicado na revista Solidariedade, de Bogotá, Abril 81, foi feita pelos cadernos do CEAS, n. 77, de Jan/Fev. 82 e publicado pelo "O São Paulo" n. 1352, parágrafo 10.

totalidade social nacional e internacional em que está inserida. E isso acontece quando se vai além do contexto restrito em que se dá a experiência e se considera os problemas relacionados com suas causas estruturais; quando se insere a própria ação dentro do processo.

"A educação é um subsistema do sistema social, uma parte que integra um todo. Por isso, qualquer tipo de educação é incompreensível fora da estrutura social da qual é parte integrante em função da qual existe. Sua natureza, seus objetivos, suas características são determinadas pela natureza, fins e características do projeto político e social em relação ao que qual se define"<sup>(5)</sup>.

A Educação Popular tem, portanto, uma tarefa fundamentalmente política e de luta de classes, devido ao fato de estar vinculada ao projeto das classes minoritárias, marginalizadas <sup>cujá luta é a construção de uma</sup> sociedade igual, livre de toda forma de desigualdade social.

"Se é verdade que o subdesenvolvimento global de nossos povos se deve fundamentalmente a sua estrutura capitalista dependente, a mudança deve ser entendida como uma negação radical e global dessa sociedade alternativa. Trata-se de suprimir as relações de domínio e exploração dos povos neocoloniais por parte dos países imperialistas e das

---

<sup>5</sup> Ibid. parágrafo 28.

relações de exploração de uma classe por outra"<sup>6</sup>.

A luta popular deve ser por uma nova hegemonia. Deve envolver:

1) O poder ideológico - criticando e questionando as concepções ideológicas dominantes e enfrentando todos os aparatos e instituições que as criam e reproduzem;

2) O poder político - organizando e mobilizando os setores populares como parte estratégica do processo de consolidação de uma nova hegemonia política das classes trabalhadoras.

Em síntese, a Educação Popular já que tende a formar homens que se voltem para o processo de libertação, numa sociedade sem exploração do homem pelo homem, deve situar-se dentro dessa luta e existir em função dela.

## 1.2. Estabelecimento do Problema

O problema central deste trabalho ressalta o desafio que a Administração Municipal de Piracicaba, se impôs, ao desenvolver, no período de 1977 a 1982, uma política consistente de reforma sociais na esfera da competência do poder municipal, ou seja, a ampliação das formas e mecanismos de participação dos cidadãos.

---

<sup>6</sup> Ibid. parágrafo 32.

Nesse ponto, importa-se discutir como e em que condições os Centros Polivalentes de Educação e Cultura - CEPEC'S, um dos equipamentos da Administração Municipal, a serviço da comunidade, tornaram-se um dos instrumentos, um dos espaços de luta das camadas populares para a obtenção de uma nova ordem social.

A preocupação dos CEPEC'S com a qualidade da inclusão do indivíduo na sociedade alterava o desequilíbrio entre o centro e a periferia e isto representa uma questão nova, tanto do ponto de vista técnico, como político.

### 1.3. Objetivos do Estudo

Para o presente estudo, estabelecemos os objetivos.

#### Geral:

- Analisar o comprometimento do governo Municipal de Piracicaba com relação às reformas sociais, pela via da participação popular, no regaste da cidadania.

#### Específicos:

- Descrever e analisar a estrutura, o funcionamento, a filosofia e a política educacional dos Centros Polivalentes de Educação e Cultura (CEPEC'S), em relação à nova ordem social.

- Analisar como os Centros Polivalentes de Educação e Cultura (CEPEC'S), tornaram-se um dos espaços de luta, de controle social e participação popular na construção de uma sociedade voltada para a cidadania.

- Analisar a descontinuidade da experiência de Piracicaba.

#### 1.4. Questões de Estudo

Diante do que pretendemos, o estudo procura responder às seguintes perguntas:

- No Governo Municipal de Piracicaba, houve o comprometimento deste com relação às reformas sociais através da participação popular?

- A estrutura, o funcionamento, a filosofia e a política educacional dos Centros Polivalentes de Educação e Cultura (CEPEC'S), atendiam de fato a uma nova ordem social, ou seja, o atendimento se voltava para as classes desprivilegiadas da população?

- Como os Centros Polivalentes de Educação e Cultura (CEPEC'S) tornaram-se um dos espaços de luta, de controle social e participação popular, na construção de uma sociedade justa?

- Quais foram as causas da descontinuidade da experiência de Piracicaba?

## 1.5. Justificativa

### 1.5.1 Considerações gerais

As práticas populares principalmente na década de 70 foram marcadas por uma verdadeira explosão de movimentos reivindicatórios de comunidades organizadas, abrangendo os interesses concretos de usuários de serviços públicos, consumidores, moradores, grupamentos culturais, étnicos e religiosos. Estes queriam participar de maneira mais direta, tanto da solução de problemas mais comuns do seu cotidiano, como daqueles relacionados à educação, ao meio ambiente e aos direitos do cidadão comum.

Procuraram, então, novos caminhos e mecanismos que traduzissem suas reivindicações em sua plenitude. Esse fenômeno de busca de novos canais de participação e representações surgiu como decorrência da integração de duas causas:

1.) Da urbanização acelerada e das expectativas, frequentemente não alcançadas, de distribuição mais equitativa dos resultados de um crescimento econômico sem precedentes e,

2.) do enfraquecimento dos canais tradicionais de expressão das reivindicações de classe.

Portanto, um trabalho de políticas sociais como o da Administração Municipal de Piracicaba, torna-se relevante a partir do momento em que:

- altera o equilíbrio de forças do poder local;
- descentraliza o poder decisório, através de mecanismos adequados, permitindo que as aspirações populares, as demandas sociais se tornem os projetos locais, controlados pelos próprios usuários.

## CAPITULO II

Este capítulo demonstra como a Educação e a Participação constituem-se em instrumentos para a elevação do grau de consciência dos indivíduos, no processo de conquista da cidadania.

### 1. CIDADANIA: UMA OUTRA VISÃO

DEMerval SAVIANI, afirma que o exercício para a cidadania passa necessariamente pela Educação. É através dela que os indivíduos terão as condições necessárias para participarem da sociedade como cidadãos, sujeitos de direitos e deveres<sup>(1)</sup>.

As questões da cidadania colocam-se de forma oportuna com o advento do capitalismo, com a constituição da sociedade burguesa centrada na cidade, com as atividades industriais que determinaram o surgimento de relações sociais de base urbana.

---

<sup>1</sup> SAVIANI, D. "Educação, cidadania e transição democrática, in "A cidadania que não temos".

Se na Idade Média, as cidades se submetiam ao campo, na Idade Moderna há uma subordinação do campo à cidade e, por consequência, o surgimento de uma nova visão de cidadania, de novas relações trabalhistas que vão, conseqüentemente, determinar novas idéias e valores no processo de integração social e de participação.

A participação na vida moderna exige que o indivíduo aja segundo as exigências da vida da cidade. Ela se dá de diferentes formas e por diferentes meios, através dos partidos políticos, sindicatos, associações, administrações, etc.

A vida na cidade se rege também por normas que vão além do direito natural e que estão codificadas de forma convencional, sistematizada, através de leis escritas.

## 2. PARTICIPAÇÃO: PRESSUPOSTO PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Com a mudança do homem do campo para a cidade, pode-se afirmar que a população menos favorecida ficou cada vez mais à mercê de pequenos grupos dominantes. Dessa forma, via diminuir a sua qualidade de vida, ou seja, enfrentava dificuldades cada vez maiores com relação ao fornecimento de alimentos, moradias, escolas e hospitais, tendo que se contentar com aquilo que as administrações públicas decidissem lhes dar.

As administrações públicas, diretamente vinculadas aos Estados Federativos, passaram a reproduzir nas políticas municipais os interesses da política do regime que se voltava para "a reprodução do capital e que definem o projeto capitalista de desenvolvimento como aquele que deveria ser assumido por toda a Nação, como o único ator capaz de expressar e realizar o desejo de toda a Nação"<sup>(2)</sup>.

Tudo não seria tão assustador se esse mesmo desenvolvimento não fosse a expressão e a vontade dos grupos dominantes que comandam e manipulam o Estado. Como bem coloca RODRIGUES, "O Estado pós 64, trabalhou no sentido de realizar uma liquidação de parcelas significativas dos movimentos e das organizações da sociedade civil, uma liquidação do poder representativo, a estatização da economia, a superação da ideologia do nacionalismo na salvaguarda do domínio da economia pelos interesses de grupos multinacionais"<sup>(3)</sup>. Com isso, o autor parece dizer que o controle de poder exercido pelos grupos dominantes, através do Estado, eliminou qualquer possibilidade de um Projeto Nacional que viesse atender aos diversos grupos da sociedade e que levasse em conta as contradições existentes entre capital - trabalho.

---

<sup>2</sup> RODRIGUES, N. Por uma nova escola, p. 29.

<sup>3</sup> Ibid.. p. 28.

Todos os segmentos sociais que viessem a contestar o autoritarismo do Estado, que tivessem planos e propostas que se direcionassem:

- A favor de grupos minoritários;
- Às políticas nacionais;
- À política educacional;
- Contra a marginalização social e cultural de amplas camadas da sociedade;

eram difamados e excluída sua participação nos processos decisórios e na definição das políticas.

HERRMANN relata que esse processo, continua na década de 70: "os que ousaram enfrentar o poder instituído eram denominados terroristas ou comunistas (rótulos tão a gosto dos que detinham o poder, porque substituíram qualquer argumentação dentro da lógica oficial, não mais aceita pelo povo). Com esses rótulos os detentores do poder visavam marginalizar os que ousavam denunciar o falso estado de direito que levaria, como levou o Brasil à miséria, do privilégio as minorias, a um Estado detentor de toda a poupança interna, à criação desenfreada de estatais, às mordomias dos apadrinhados, a geração de uma monstruosa máquina administrativa hoje mais poderosa que o próprio governo, levou ao endividamento externo e à submissão aos países ricos"<sup>(4)</sup>.

---

<sup>4</sup> HERRMANN, J. e MAFFEIS, J. - in Análise dos Mandatos JHN, Junho 88.

A centralização política e econômica, instrumento de retrocesso, sob o comando da implantação do Estado centralizado, de uma economia voltada para fora do país; de uma falta de representatividade dos partidos políticos; da ascensão das Forças Armadas; da ideologia: Desenvolvimento, Moralização e Segurança<sup>(5)</sup>, investiram conjuntamente contra a autonomia dos Municípios, transformando essas unidades da organização política - administrativa nacional em "estrelas - cadentes", que brilham nos períodos eleitorais, desaparecem e são esquecidos após o mesmo.

Os municípios acabaram por funcionar mais como elos da extensa cadeia de controle político exercido pelo governo central sobre a população, de repressão a qualquer iniciativa ou reivindicação local de proteção, de privilégios, de propaganda política do ideário colonialista. Assumiram reproduzir, nas suas políticas locais, o direcionamento da política nacional, esquecendo-se e deixando de lado o seu papel fundamental - o de voltar seu atendimento às resoluções de problemas de sua comunidade. Esqueceram-se de que é na grande ou na pequena cidade, nas vilas e vilarejos, nos distritos, dentro das fronteiras municipais que a população enfrenta os seus problemas, onde suas lutas se travam e onde as carências do dia-a-dia são

---

<sup>5</sup> BRASILEIRO, A. M. O município como sistema político.

mais visíveis.

A marginalidade, que o próprio município acabou por oferecer a sua comunidade fez com que as mesmas procurassem novos caminhos e mecanismos que traduzissem suas reivindicações em sua plenitude, já que em nada se identificavam com as necessidades básicas da política do Estado e do Município e com as necessidades básicas e de direitos dos cidadãos pertencentes a uma dada comunidade.

A Revolução de 64 nada mais fez do que organizar o estado para o capitalismo, através, entre outros mecanismos o da centralização das decisões e da exclusão da cidadania. Quanto mais centralizadas as decisões, mais fáceis tornam-se os acordos com as grandes empresas nacionais e internacionais e mais fácil torna-se decidir de costas para os interesses da população.

Como já mencionado acima, embora a revolução de 64 tenha organizado um Estado centralizador, autoritário, gestou no seio da sociedade os instrumentos de manifestação, de organização e de participação, ou seja, "os dirigentes, que ascenderam ao poder não puderam compreender que enquanto se organizava nos escritórios ocupados pela elite a nova ordem nacional, a sociedade ia criando, também, por debaixo, os instrumentos de manifestação, de organização e de participação"<sup>(6)</sup>, rompendo o próprio princípio do

---

<sup>6</sup> RODRIGUES, N. Democracia feita em casa, p. 44.

autoritarismo centralizado do Estado Brasileiro.

"Eram pois as organizações populares, as associações de bairros, de moradias, de favelados, de consumidores, as associações, os clubes vizinhos que congregavam interesses profissionais de entidades proibidas de terem seus sindicatos como: as associações dos funcionários públicos, as associações dos professores, e outras organizações e partidos políticos de oposição, que a medida que o regime fechava as portas para a manifestação política consciente, organizavam-se como que por debaixo do pano para manifestar a sua presença na história brasileira<sup>(7)</sup> .

Acreditamos que esse processo de centralização do Estado Autoritário tenha permitido que uma nova ordem, dentro da sociedade, começasse a nascer. O fortalecimento desses grupos acaba por ganhar cada vez mais força a partir do momento em que representam cada vez mais os interesses dos setores marginalizados, não só trabalhadores rurais e de periferia, bóias-fria, como também estudantes, professores do ensino básico, universidades, pequenos empresários, artistas, etc.. Tais movimentos acabam por se tornar, no final da década de 70, um instrumento de negociação política, uma nova realidade no tecido social e político e no quadro ideológico brasileiro.

---

<sup>7</sup> Ibid., p. 44.

Segundo RODRIGUES, " o que ocorreu no Brasil, foi que estas instituições populares de base encontraram alguns canais institucionais para o exercício da sua negociação. É significativo, por exemplo, o canal tradicional representado pelo chamado poder político local: as prefeituras e as câmaras de vereadores. Com o aparecimento das lideranças frequentemente oriundas das camadas populares, ou com elas ideologicamente identificadas e capazes de congregar os interesses dessas amplas camadas sociais, que constituem significativas maiorias no âmbito da população municipal, o descontentamento e a oposição puderam ser canalizados no sentido de renovar a prática política municipal. Foi nesse sentido que propostas políticas renovadas acabaram se tornando vitoriosos em muitos municípios brasileiros. Aí é que surgiram o exemplos de Piracicaba e outros. Dimensionaram-se através dessas políticas um princípio de renovação na sociedade brasileira e um princípio de reorientação da política pública, não através do poder nacional, mas através do poder local. Do ponto de vista político e militar, não podemos compreender a direção dessas novas mudanças. Funcionaram como ocupação de trincheira numa guerra aberta, na medida em que o quartel-general se encontrava ocupado por comandantes que queriam direcionar a guerra numa certa direção, em função de seu poder de artilharia; os soldados compreenderam que o mais importante era a ocupação das trincheiras, capaz de mudar e direcionar o curso da guerra. O município começou a

assumir esta oposição das trincheiras, esta função das tomadas de trincheiras de guerra.

À partir da pressão popular a nível do municípios, estes acabaram por reorientar sua política de prioridades. Lidando com questões que se referiam ao dia-a-dia dos cidadãos, o município começou a abandonar o enfoque da política nacional e passou a ativar a política de interesse social, tendendo a direcionar as suas ações para resolver os problemas básicos dos cidadãos. E aí foi surgindo uma nova direção no estabelecimento das prioridades das políticas públicas. Os líderes políticos municipais, compreendendo este reclamo das populações que habitavam o seus municípios, passaram nas suas campanhas e nas suas práticas políticas, a focar a política social como prioridade. Como consequência, ativaram as políticas educacionais, as políticas habitacionais, as políticas de produção de alimentos, as políticas de bem estar social e as políticas de segurança como prioridades nas suas propostas de governos municipais"<sup>(8)</sup>.

A única forma de resgatar o Município, de devolver a dignidade do cidadão é fazê-lo participar na vida política afirmava HERRMANN, durante sua campanha para prefeito em 76.

---

<sup>8</sup> RODRIGUES, N. Por uma nova escola, p. 32.

Esta colocação de HERRMANN, encontra respaldo em autores como PALMA, RODRIGUES, BRASILEIRO<sup>(9)</sup>, no sentido de que o princípio fundamental para a Renovação do Município recai no fortalecimento da participação de sua população.

PALMA<sup>(10)</sup>, coloca que a Administração Municipal sem representatividade e de costas para a população deve ser substituída por outra, aberta às iniciativas, às necessidades mais emergentes e às resoluções de problemas de seus cidadãos.

Faz-se necessário mudar a realidade e a imagem dos municípios, de "governo controle" para "governo serviço" e que se produzam canais efetivos para a resolução das necessidades viscerais da população.

Se, desde o ponto de vista do aparato estatal, o município é importante ele o é mais ainda, talvez, sob a perspectiva da comunidade. No caso, de ser realmente aberto à participações da comunidade e não mera extensão do poder central ou uma instância somente burocrática, produzir-se-á uma situação na qual a comunidade passa a administrar-se a si mesma, sem que isso implique o seu atrelamento à administração pública. Deste modo, satisfaz-se uma

---

<sup>9</sup> PALMA, E. La descentralizacion de la Política Social, Participacion e Intersectorialidad.

RODRIGUES, N. Por uma nova escola.

BRASILEIRO, A. M. O Município como um sistema político.

<sup>10</sup> PALMA, E. La descentralizacion de la Política Social, Participacion e Intersectorialidad.

necessidade básica que de alguma maneira atravessa todas as demais - a participação no desenvolvimento. Criam-se condições para que certos problemas ou necessidades eminentemente locais ou particulares sejam abordados e resolvidas com maior racionalidade econômica e social. Os autores Tomic y González, 1983, sustentam que a denominada estratégia orientada para as necessidades básicas, definida como um ordenamento das políticas econômicas sociais e institucionais em função dos objetivos finais permanentes, que se são justamente o melhoramento da qualidade de vida da população em uma série de aspectos perfeitamente identificados e mensuráveis: saúde, habitação, alimentação, educação, vestuário, meio ambiente, etc., têm seu marco mais adequados na escala municipal.

Os autores, acima citados, parecem reconhecer que não se pode implantar uma política alternativa urbana que melhore realmente a qualidade de vida, sem nenhuma discussão, a mais ampla possível, com níveis de participação democrática em seu procedimento. O enfoque, portanto, deve consistir em que, ao se falar em participação, haja necessidade de avaliar-se as possibilidades e atuação numa dada sociedade e num determinado momento histórico. "A estrutura de oportunidades depende em primeiro lugar, dos tipos de ação coletiva e de organização social que efetivamente se desenvolvem na sociedade. O sistema resultante depende, também, de uma diversidade de variáveis, tais como, a estrutura social e as relações sociais

prevalecentes, assim como os níveis educativos e outros fatores de tipo cultural que resultam determinantes no comportamento individual"<sup>(11)</sup>.

A colocação acima permite-nos a reflexão de que, quanto maiores forem as restrições e proibições à liberdade, à criatividade, ao desenvolvimento e funcionamento de associações, dificilmente teremos uma participação ampla da sociedade e muito menos ainda, a construção de uma base de sustentação como condição para os movimentos da sociedade nos seus processos e instâncias de ações e decisões coletivas.

Para tanto, é necessário ativar o fator humano. É preciso levar em conta os diversos interesses do povo e conduzi-lo a um comportamento ativo e construtivo. Só assim acreditamos ser possível realizar qualquer tarefa estabelecida pela administração e mudar a situação do município e dos seres que nele habitam.

As pessoas, os seres humanos, com toda a sua diversidade criativa, é que fazem história. Portanto, a tarefa principal da reestruturação é despertar as pessoas que caíram no sono e torná-las ativas e interessadas. É garantir que cada uma delas sinta que é dono do seu município, e que pode transformar seu país. Devem sentir que seu trabalho é produtivo e em favor do que é e de quem ele

---

<sup>11</sup> PALMA, E. La descentralización de la Política Social: Participación e Intersectorialidad, p. 40.

está a serviço. O cidadão precisa saber e sentir que sua contribuição é necessária, que sua dignidade não está sendo afrontada, que ele está sendo tratado com confiança e respeito.

Isso necessariamente implica na administração, aproximar-se da iniciativa das massas privilegiando a participação ativa dos mais amplos setores da população na implementação da reforma planejada, ou seja, implica na descentralização ampla de todos os aspectos da sociedade - organização pública, sindicatos, partidos políticos, setores de produção, pois é a partir do momento em que se conquistam liberdades democráticas que as massas trabalhadoras chegam ao poder e, também, apenas em condições de expansão da democracia que podem consolidar esse poder.

Segundo HERRMANN: "Construir a Democracia é tarefa árdua, repleta de sacrifícios e que não se consolida apenas com discursos e eleições. Para ser vitoriosa terá que passar pelo concreto do povo por seus anseios reais e inquestionáveis. Terá que responder aos dramas populares do dia-a-dia, à sua fome, à ignorância que lhe é imposta, à falta de moradia, a precariedade do transporte de massa, à questão da saúde, de lazer, da cultura, da qualidade de vida e, acima de tudo, responder por atos ao desafio do desrespeito cotidiano da dignidade do cidadão"<sup>(12)</sup>.

---

<sup>12</sup> HERRMANN, J. Teses para um Governo democrático. p. 25.

Esse autor parece enfatizar a posição que para assegurar a participação organizada da população na solução dos problemas de seu cotidiano, a Administração pública, obrigatoriamente terá de ser descentralizada.

A descentralização do poder Central, para o Poder Local, não é claramente expressa pelo autor. As dificuldades em que se avançar com o processo de descentralização do poder central para o poder local parecem estar relacionados às razões de ordem política. Sem a existência de um regime claro de prioridades, com as receitas cada vez mais insuficientes para a elaboração dos programas a serem implementados, é o Governo Central que, em última análise, á partir das suas atribuições, subsídeos e das prioridades que não as do povo, atrasa, impede, condiciona e que acaba realmente, dirigindo todo o processo de descentralização. Percebe-se que a capacidade, de investimento dos municípios não é programada e planejada por eles próprios, mas sim a partir das verbas para financiamento desses investimentos, que o poder central põe a sua disposição.

LEAL, assegura que "sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente o Municípios poderiam empreender as obras mais necessárias como estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos, energia elétrica. Nenhum administrador Municipal poderia manter por muito tempo a liderança, sem realizar qualquer benefício para sua comuna... O critério mais lógico, sobretudo por suas

consequências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. É pois. a fraqueza financeira dos Municípios um fator que contribui relevantemente para manter o "coronelismo" na sua expressão governista"<sup>(13)</sup>.

Segundo PALMA<sup>(14)</sup>, o marco da descentralização se apóia basicamente na participação social e política dos indivíduos que compõem a sociedade. É fundamental que surjam movimentos sociais que venham das bases, das comunidades para que sejam levadas em conta pelas autoridades do Governo Central.

As possibilidades para se alcançar metas que possam significar uma maior autonomia de decisão do município depende e está diretamente vinculada à força de coesão do movimento social de reivindicação de autosustentação das demandas.

### 3. EDUCAÇÃO: CONDIÇÃO PARA A CIDADANIA

"A Educação escolar resulta ser um instrumento básico para o exercício da cidadania. Ela, entretanto, não constitui a cidadania mas sim uma condição indispensável

---

<sup>13</sup> LEAL, N. Coronilismo, voto e enxada. pg. 45.

<sup>14</sup> PALMA, E. La descentralización de la Política Social: Participación e Intersectorialidad.

para que a cidadania se constitua. O exercício da cidadania nos mais diferentes organismos (sindicatos, partidos políticos, etc.), não se dá de modo casual sem o preenchimento do requisito de acesso à cultura efetuada e domínio do saber sistematizado que constituem a razão de ser da escola"<sup>(15)</sup>.

Os sistemas nacionais de ensino, e, aqui, a escola, como um instrumento de conversão dos súditos em cidadãos, ganha cada vez mais importância, à medida em que se torna a base da construção de uma sociedade democrática. Ou seja, na medida em que ela consegue, cada vez mais, tornar cada indivíduo capaz de participar politicamente das decisões, a opinar sobre os rumos da sociedade, ela está consolidando a democracia.

É nesse contexto que aparecem, ao nível das reivindicações populares do movimentos dos trabalhadores do século passado, a exigência de que esse instrumento - a escola, se estendesse a todos e se convertesse num meio de participação social, tanto a nível político como econômico; a exigência de uma ligação entre educação e trabalho; de um preparo dos trabalhadores que permitisse melhor integração desses à sociedade que se consolidava. Essas reivindicações de trabalhadores veio ao encontro dos anseios da burguesia para que se criasse, como coloca SAVIANI, a chamada "Escola

---

<sup>15</sup> SAVIANI, D. „Educação, Cidadania e transição democrática, in A cidadania que não temos, pg. 75 a 76.

Única Diferenciada": Única na medida em que deve receber todos os indivíduos independentes de suas condições prévias na escola. Daí porque ela se destina a todos, independentemente de sexo, classe, religião, raça, etc.. E no entanto, na medida em que esses indivíduos entram na escola, se processaria uma diferenciação interna. Essa diferenciação interna destina-se justamente a adequar os indivíduos a determinados papéis estratificados no âmbito da sociedade de classes"<sup>(16)</sup>.

O movimento liberal apropria-se, dessa proposta para acirrar cada vez mais a estratificação social, reforçando as tendências inatas, as aptidões individuais, as potencialidades individuais como a base para a integração dos indivíduos na sociedade. Essa proposta acaba por destruir a proposta da Escola unitária pretendida pelos trabalhadores.

Hoje, à partir das críticas às leis 5692/71 e 5540/68, continua-se a questionar <sup>o papel da cidadania como algo fundamen</sup> na educação. A proposta que hoje se persegue é a luta por uma educação básica, comum e acessível a toda a população, independente de suas condições e diferenças.

É importante salientar que para se chegar a uma concepção de educação única para todo o país, faz-se necessário enfrentar os obstáculos que são de duas ordens:

---

<sup>16</sup> Ibid., p. 77.

- PRIMEIRO: Os que extrapolam o âmbito educacional e situam-se no âmbito do desenvolvimento econômico e da política econômica;

- SEGUNDO: Os relativos à questão educacional, mais especificamente das concepções no âmbito da educação que acabam por desviar o foco da análise dos pontos fundamentais. Portanto, <sup>como já colocado no capítulo I,</sup> na análise da educação, deve ser lembrada que esta é um subsistema do sistema social, uma parte que integra um todo. Dito isso, pode-se afirmar que qualquer tipo de educação é incompreensível fora da estrutura social da qual é parte integrante. Sua natureza, seus objetivos, fins e características do projeto político e social em relação ao qual se define.

"Para compreender e analisar um sistema educativo não se deve partir da própria educação, mas do projeto da sociedade em que está inserido. A um determinado projeto político, corresponde um determinado tipo de educação. No sistema capitalista dependente, o sistema educacional oficial é um fator político antes de ser um fato pedagógico, e, naturalmente, de tipo diferente conforme o sistema em relação ao qual se define"<sup>(17)</sup>.

Num Estado Democrático, as estruturas educacionais devem ser orientadas no sentido de munir a

---

<sup>17</sup> Xerox da tradução e adaptação do artigo publicado na revista Solidariedade de Bogotá, Abril 81, feita pelos cadernos do CEAS, n. 77, de Jan/Fev. 82 e publicada pelo "O São Paulo" n. 1352 - parágrafo 29,

sociedade de indivíduos capazes de desempenhar funções definidas por necessidades sociais e não indivíduos educados para preencher papéis mais ou menos bem definidos pela classe dirigente do país. Só se melhora a condição de vida de um povo, quando lhe é permitido o acesso à cultura, ao lazer, para que ele possa lutar pelas suas necessidades e direitos. Para tanto, é necessário, "substituir a escola de poucos por uma escola de muitos, na qual todo cidadão realize sua capacidade de tornar-se um dirigente, que possa pensar e estudar, dirigir ou controlar quem dirige, fazendo coincidir, ao final, no plano da democracia política, governantes e governados"<sup>(18)</sup>.

Para atingir a escola acima colocada, a ~~educação~~ deve reorganizar-se, de forma a promover o seu sucesso.

É impossível continuar a ministrar um ensino que não leve em conta as contradições de classes formadas pelo capitalismo. Não se pode continuar a escamotear o permanente processo de dominação ao qual está submetida a maioria da população, não se pode continuar a colocar o aluno como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso social, não se pode continuar a ensinar o conformismo e o imobilismo, sob o discurso de que, como todos os homens não são iguais com relação às suas potencialidades e aptidões,

---

<sup>18</sup> HERRMANN, J. Estratégias em Educação de Base, Nota 2.

não poderão ser iguais em riquezas e em direitos<sup>(19)</sup>.

Há que se fazer uma reavaliação do sistema educacional enquanto proveniente de um pacto das elites e que, em nenhum momento, teve como objetivo levar em conta a classe operária que se desenvolve dentro da sociedade.

"Por essa razão, um projeto educativo que pretende responder aos interesses dos setores explorados, deve tomar como referência o antagonismo de classe que caracteriza a nossa sociedade. A educação popular vem e se insere na luta de classe, no interior e em função do povo oprimido por sua libertação, e, mais concretamente no âmbito da luta ideológica que é parte da luta de classes"<sup>(20)</sup>.

#### 4. A ESCOLA DESEJADA: CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO

A Educação, enquanto disvinculada de todo o processo de democratização e dos movimentos populares, continua a cumprir o papel de somente propor soluções compensatórias, moralizantes, conciliatórias que visam

---

<sup>19</sup> CUNHA, L. A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Cap. I.

<sup>20</sup> Xerox da tradução e adaptação do artigo publicado na revista Solidariedade de Bogotá, Abril 81, feita pelos Cadernos do CEAS, n. 77, de Jan/Fev. 82, e publicada pelo "O São Paulo" n. 1352 - parágrafo 30.

desmoralizar todo o trabalho da classe proletária e de rebaixar suas pretensões a partir do momento em que, num ato de desrespeito, continua a questionar e a fazer reflexões da realidade e da Educação do ponto de vista da classe dominantes a quem sempre esteve a serviço. Esse tipo de educação passa a ser entendida como mero instrumento de reforço das desigualdades de preservação de produtos, métodos e conteúdos defasados e não compreensíveis pela realidade da clientela que frequenta os bancos da escola, passando a cumprir somente formalidades legais. Com isso, as dificuldades de acesso ao sistema escolar; a queda na qualidade do ensino; o índice de repetência, de evasão e de analfabetismo continuarão a ser significativos.

Segundo Fernandes: "Quando se pensa em melhorar a condição de um indivíduo, quando se quer vencer a miséria, o obscurantismo, obrigatoriamente há que se pensar na democratização da educação e da cultura"<sup>(21)</sup>.

A Educação como um processo mais global de formação do indivíduo, que extrapola as salas de aula e vai para o seio da sociedade, deve tentar extrair os costumes, hábitos, valores e normas que regem essa sociedade composta de diferentes classes sociais provenientes do sistema capitalista. Deve estar voltada para os aspectos culturais e étnicos que entram no processo de humanização do homem. É

---

<sup>21</sup> FERNANDES, R. "A Educação e o Poder Local", n. 4, p. 27-29.

através da sua cultura que o homem, enquanto ser social, vive e respira dentro da sociedade. É através da cultura que ele retrata sua história e todo o processo de transformação da sociedade.

Essa simbiose, do homem com o meio, vai promover toda uma modificação da sua própria condição humana. A partir do momento em que ele começa a perceber o seu meio real, suas contradições, suas necessidades, instala-se o desafio; "transformar tarefas culturais em atos políticos"<sup>(22)</sup>.

Nesse momento o homem é impulsionado a fazer uso de sua imaginação, de sua inteligência, enfim de todas as suas potencialidades e aptidões numa ação concreta que torne cada um de seus gestos em conquistas na melhoria de condições de vida, definindo, dessa forma, princípios, normas e valores que regerão seus atos num processo coletivo e organizado.

A Educação deve mostrar claramente de onde vem a exploração do homem pelo homem, deve mostrar as conquistas nas ciências e nas artes do nosso tempo, já que na Educação, não existe um fim acabado em si mesmo, mas uma permanente busca de apreensão da realidade que permitirá a continuidade de uma geração a outra.

---

<sup>22</sup> Aspas nossas.

Vencer o obscurantismo causado pelo autoritarismo, consequência do descaso, da dominação; assegurar o progresso da Nação e as condições dignas para todos os brasileiros exige uma crescente aproximação da escola ao povo trabalhador.

Como está hoje, a nossa Escola?

Após 25 anos de opressão, pode-se dizer que as disponibilidades nacionais quanto aos equipamentos escolares estão muito longe de corresponder a estas aspirações. Todo o nosso ensino de 1º-grau, apresenta déficits que rondam as salas de aula, quer seja a nível quantitativo como qualitativo. A nível quantitativos, a situação agrava-se cada vez mais, se pensarmos que a escolaridade obrigatória, é apenas de 8 anos, destinada apenas, à faixa etária que vai dos 7 aos 14 anos, que apenas 30% das crianças em idade escolar cumprem os dois últimos anos devido à utilização e exploração de mão-de-obra infantil e juvenil. E, apesar da escolaridade obrigatória ter entre nós essa insuficiente duração, ainda estamos longe do ideal democrático da igualdade de oportunidades, visto que as crianças e jovens das zonas periféricas e rurais não desfrutam do mesmo tipo de escolas e por consequência, de iguais fatores e condições de educação.

Por outro lado, o Estado não supre as necessidades materiais das escolas adequadamente, por exemplo material didático, preservação, manutenção e adequação dos prédios.

A nível qualitativo, entende-se que a escola deverá criar condições para que os indivíduos se tornem profissionais, ou seja, dará as condições para que eles possam ser capazes de aprender o exercício de uma profissão, ensinará como se produz a ciência, as artes, as técnicas o trabalho, a organização política, a moral, qual é a sua importância, qual o seu impacto.

A escola dará condições de conhecimento e de enfoque da realidade e das suas relações sociais, auxiliando na formação de uma consciência mais crítica da realidade. O domínio desses conhecimentos básicos, fará com que o indivíduo da classe trabalhadora adquira o instrumento de luta necessário para a sua classe. Pois, na medida em que a classe trabalhadora reconhecer as formas de exploração da sociedade capitalista é que ela pederá melhor, aparelhar-se para lutar contra as formas de exploração. É aí, então, que começa a surgir a consciência crítica do indivíduo.

A escola deve ensinar a língua pátria, o conteúdo social, a história, a geografia, a matemática. "Esse currículo básico é algo que temos de recuperar e colocar como centro das nossas escolas, de modo a garantir a todas as crianças a possibilidade de assimilarem esses elementos, pois sem isso elas não se converterão em cidadãos com a possibilidade de participar dos destinos do país e interferir nas decisões e expressar seus interesses, seus pontos de vista.

Eis, aí, do ponto de vista educacional uma condição indispensável para que se dê a transição para uma democracia real e não apenas formal"<sup>(23)</sup>.

Depreende-se daí que, se o educador quiser tornar-se um professor politicamente competente, ele deve:

1.) Ensinar bem seu aluno a ler, a escrever, etc., porque a consciência de classe não passa pelo discurso que a escola fizer acerca das classes sociais, por exemplo, e sim através das relações sociais concretas onde ele está inserido. Esta consciência éle já possui, o que pode não saber, é o que fazer com essa consciência. O aluno pode não ter a consciência da consciência, mas a consciência da exploração, sim. O aluno, portanto, dá um passo a frente quando for capaz de desenvolver a sua competência de compreensão e de análise da realidade que ele está vivendo. O desdobramento imediato, do exposto parece residir no fato das classes dominadas se sentirem mais instrumentalizadas para a luta social;

2.) Deve trabalhar o senso comum "de modo a extrair o seu núcleo válido (o bom senso) e dar-lhe expressão elaborada com vista à formação de uma concepção do mundo adequada dos interesses populares"<sup>(24)</sup>;

---

23 SAVIANI, D. Educação, cidadania e transição democrática, in A cidadania que não temos, p. 82

24 SAVIANI, D. Educação do Senso Comum a Consciência Filosófica, p. 11.

3.) Deve fazer com que "a escola pública se transforme num poderoso instrumento de "progresso intelectual da massa, de onde se afirma o papel indissociável da competência técnica (o domínio do saber e saber fazer)"<sup>(25)</sup>.

4.) Definir: "Diretrizes e práticas de ensino voltadas para uma pedagogia social de cunho crítico, a partir da escola e dos professores que temos e do dia-a-dia da sala de aula."<sup>(26)</sup>; uma tarefa ao mesmo tempo técnica e política, pois "a luta pela escola e na escola é um aspecto da luta social global"<sup>(27)</sup>.

Portanto, conforme explicitado nos quatro itens acima relacionados, se quisermos ensinar bem, se quisermos que a escola avance no processo democrático, não podemos mais aceitar profissionais, educadores que se incorporem às elites culturais das classes dominantes, que se tornem servos do poder, um instrumento de dominação cultural contra as classes desprivilegiadas. Há que se contar com aqueles que cometam uma traição de classe.

Os que se colocam contra este tipo de ensino, talvez por falta de clareza de todo o processo, acabam criando pseudo soluções levando o ensino a um quadro desesperador, ou seja, redução do trabalho escolar à ação

---

<sup>25</sup> LIBANIO, J. C. Saber Ser, Saber Fazer. O conteúdo do fazer pedagógico, p. 41.

<sup>26</sup> Ibid., pg. 41.

<sup>27</sup> Ibid., pg. 41.

política, democratismo, critiquismo, antitécnicas, cinismo pedagógico (autonegação do papel do educador)<sup>(28)</sup> entre outros. Por conseguinte, isso acabará provocando uma forte tendência à desestimulação de ações educacionais em promover a melhoria da qualidade do ensino, em promover mudanças mais amplas na cultura educacional, gerando um imobilismo, uma mediocrização de todo o processo educacional.

---

<sup>28</sup> *ibid.*, pg. 41-43.

### CAPITULO III

Este capítulo analisa a experiência do Plano Municipal de Educação da Administração Municipal de Piracicaba, Estado de São Paulo, gestão 77/82, através dos Centros Polivalentes de Educação e Cultura CEPEC'S e seus mecanismos de trabalho junto às classes populares, mostrando que quando existe a vontade política é possível se resgatar o sonho de uma sociedade justa, liberta e igualitária.

#### 1. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA

Piracicaba situa-se quase ao centro do Estado de São Paulo, a 167Km da capital do Estado, São Paulo, com uma população de 274.000 habitantes (IBGE, 1988). Sua atividade econômica, a exploração agrícola favoreceu a presença da grande propriedade. A cana-de-açúcar, principal fonte de divisas, ocupa 85% da área cultivada do Município, devido ao incentivo do Pró-Álcool. Este agudisou a concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários e a expulsão do homem do campo para a cidade. A lavoura da

cana-de-açúcar trouxe a miséria e a poluição para a cidade. Aos poucos os pequenos proprietários, quando não vendiam suas terras, arrendavam-nas para plantio num prazo nunca inferior a cinco anos.

"Os sitiantes que vendiam ou arrendavam suas terras iam para a cidade, sem nenhuma aptidão, apostando na receita das terras e sem contar com os frutos dela. Os filhos, que vêm para a cidade, no caso de arrendamento, cinco anos depois não querem (e nem sabem!) voltar à lavoura. A família que era rurícola, se transforma em urbana, sendo severamente consumida pela estrutura. Pelas boléias dos caminhões voltam os mesmos homens e suas mulheres, que um dia foram donos da terra, para cultivá-las como bóias-frias do novo senhor feudal do açúcar e do álcool nas terras que um dia foram suas"<sup>(1)</sup>.

A lavoura de subsistência deixa de existir, assim como a produção de alimentos e há a eliminação da bacia leiteira. Os pequenos sitiantes, colonos e lavradores passam a se instalar nas beiras dos córregos e suas casas passam a ser as favelas.

Se, por um lado, a lavoura da cana-de-açúcar causava danos ao setor rural, a implantação do distrito industrial em 1973/1974, embora se constituindo num fator importante para o desenvolvimento do Município, agravou as

---

<sup>1</sup> HERRMANN, J. Um compromisso Político: a Reconstituição do Futuro, in Democracia feita em casa - II. p. 130.

condições sociais, urbanas e rurais da cidade - não havia habitação, nem, água, nem esgoto, nem energia e nem transportes para a população que passava a trabalhar nas grandes empresas multinacionais que se instalavam na cidade. Não é preciso dizer que a tradicional aliança entre investimento público e capital é selada. Abre-se a especulação imobiliária e a ela ligam-se grandes grupos empresariais. - os alugueres explodem e expulsam, mais uma vez, a população para a periferia e novos bairros surgem. A situação é de caos - não há moradia, não há escolas, não há postos de saúde, não há saneamento básico, etc. A cidade empobrecia-se em serviços no seu dia-a-dia e a população tinha que se contentar com aquilo que a administração pública decidisse lhes dar.

Politicamente, não havia disputa de interesses políticos. Tanto o MDB como a ARENA, faziam o jogo do poder econômico vigente. "A elite social e econômica, profundamente comprometida com os interesses econômicos regionais é que fornecia os dirigentes partidários"<sup>(2)</sup>. A oposição à política nacional era exercida por pequenos segmentos sociais entre os quais se destacavam a intelectualidade acadêmica e universitária da USP, UNICAMP e UNIMEP.

---

<sup>2</sup> Ibid., p. 136.

Os jornais e a igreja faziam a opção por aqueles detentores do poder na cidade: os ricos.

O clima era de total estagnação da vida social de repressão a todos aqueles que se propunham a delatar as injustiças e a lutar pelas minorias.

Foi "neste período explorado e confuso, no bojo das insatisfações, do atônito capital local, da ganância instantânea que tolhia a visão de futuro da classe dirigente"<sup>(3)</sup>, não diversa daquela vigente na política nacional, que surgiu a proposta da Administração Municipal - 1977 a 1982 - de início MDB e depois PMDB, aliada ao operariado local, que ali começava a instalar-se.

O projeto de luta que se iniciou foi o da construção do Estado Democrático e o compromisso de promover o exercício da cidadania. Ao invés da Administração Municipal se compor com as elites locais, com as classes dirigentes que já possuem organicidade, lideranças e propostas, que na maioria dos Municípios, acabam determinando a política administrativa, reverteu-se o processo. Partiu-se para uma política de compor-se com as massas populares, com a maioria dominada da população. Para tanto fez-se necessário mobilizar, organizar e conscientizar essa massa, para que ela pudesse efetivamente participar do

---

<sup>3</sup> Ibid., p. 133.

processo político - administrativo direcionando em parte a ação administrativa para suas necessidades.

Considerou-se importante a formação de uma massa crítica pensante, uma massa ideológica que desse suporte ao prefeito. O momento exigia a colocação de aparelhos - Educação, Saúde, Transporte, etc, para a formação de quadros com o objetivo de elevar o nível de consciência da população e abalar como diziam HERRMANN & MAFFEIS, "as muralhas do poder"<sup>(4)</sup>. Era chegada a hora de abalar o autoritarismo do Estado; pois segundo MAFFEIS & HERRMANN, este "impedia a população em falar dos direitos à Educação, à saúde, ao resgate de sua própria cultura, onde defender o meio-ambiente afrontava os grupos econômicos que delapidavam o país e gozavam dos privilégios concedidos pelo Poder instalado em Brasília; onde o trabalhador foi transformado em mero objeto da produção, vivendo sob constante ameaça de demissão em massa"<sup>(5)</sup>.

A palavra de ordem em Piracicaba era a da subversão. Subversão à ordem vigente do Estado. Era, portanto, não aviltar os mais pobres, a não busca da criação de grupos dominantes, mas sim a busca de ideais novos humanísticos de igualdade.

---

<sup>4</sup> MAFFEIS, J. e HERRMANN, J. Análise do Mandato de JOÃO HERRMANN NETO, 1988 - (mimeo)

<sup>5</sup> Ibid.

Era ter a compreensão, no entendimento de DRAIBE, de que os cidadãos "enquanto usuários têm o direito de partilhar na definição, condução e destino do sistema de políticas que significam, para todos, a possibilidade de uma vida digna e de um futuro sensível às adversidades"<sup>(6)</sup>. Mas, não só isso - era ter a clareza de que participar na sociedade, constitui mecanismo eficaz de controle sobre as políticas públicas, garantindo que o funcionamento do sistema esteja sempre sob o olho e o crivo daqueles que, mais que governantes e burocratas, têm todo interesse no seu sucesso. Finalmente, a participação social aproxima, de modo quase insubstituível, a programação da política às especificidades das demandas e necessidades da população.

O entendimento do que significa subverter a ordem vigente envolverá, certamente, como sugere DRAIBE, "as questões da desburocratização e participação da sociedade a todos os níveis do sistema de política"<sup>(7)</sup>.

A descentralização passa a ser entendida como aquela que desconcentrará o poder e ampliará a capacidade de decisão, gestão e controle do Poder Público Municipal dando, dessa forma, transparência às ações públicas e permitindo novas formas de integração das políticas e programas. É

---

<sup>6</sup> DRAIBE, S. M. O padrão brasileiro de proteção social: desafios a democratização, in Análise Conjuntural, v. 8, n. 2, p. 18.

<sup>7</sup> Ibid.

necessário que as funções atribuídas ao nível autárquico sejam em número significativo; que nessas funções se incluam a execução dos mais importantes interesses específicos locais; que a competência dos órgãos abranja uma margem de decisão relativamente ampla, no sentido das discussões dos problemas, e não se fixe por meros poderes de execução. Que o sistema de planejamento econômico e de distribuição de bens e serviços seja democrático, visando um desenvolvimento regional harmônico e equilibrado. Que a diretriz político - administrativo se atenha aos seus objetivos de atender a sua comunidade, fazendo com que o Governo não interfira na vida interna do Município, limitando-se a sua tutela, na fiscalização da legalidade das prioridades do Município. Que as finanças locais sejam próprias e se bastem à realização das atribuições conferidas ao Município.

Só assim acreditamos poder falar em Democracia como resultante da descentralização de Poder. A autonomia local, só se fortalece na medida em que pratica a Democracia, no sentido de respeitar as liberdades, anseios, sentimentos, cultura, tradições das populações e, até onde for possível, a criação de um sistema de auto-governo que permita à população escolher o seu quadro de vida, naquilo que lhe é peculiar.

Os reflexos de tal tipo de Governo na ordem econômica e social parece assegurar, ainda, uma igualdade de fato, uma maior justiça social, pois o poder não vem mais como um elemento a oprimir os mais desfavorecidos.

A instalação das lutas populares é pela diminuição das regalias e privilégios que as classes dominantes detêm.

O poder já não será o poder de uma casta privilegiada, que, sem legitimidade, o exerce em vez dos interessados. Mas um poder coletivo de todos os moradores de determinada localidade, cujo exercício, pelos órgãos que elegem, eles próprios controlam.

A descentralização do poder parece permitir o tratamento dos problemas mais próximos das realidades, mantendo mais facilmente os cidadãos empenhados na construção da comunidade em que vivem. Descongestiona os grandes centros e desenvolve as regiões periféricas dos municípios para uma vida mais saudável e natural.

Essa democracia vem possibilitar uma melhor definição do processo educativo, aqui entendido como aquele que vem atender o indivíduo na formação de sua consciência de cidadania. A partir do momento que o indivíduo adquire conhecimento da realidade, ele passa a enfrentá-la, tanto no que diz respeito ao seu cotidiano, como no coletivo.

É por esse motivo que o Governo de Piracicaba elegeu as políticas sociais como seu trabalho prioritário, onde o processo educativo era a chave mestra de desenvolvimento. O povo teria que aprender a reivindicar, a conhecer a máquina administrativa, suas limitações e, num trabalho conjunto, decidir sobre seu destino.

O Governo de Piracicaba, tinha como um dos objetivos "se constituir numa expressão pedagógica para o povo e para as lideranças políticas"<sup>(8)</sup>.

ARROYO citando Casemiro Reis, mostra "que já no século passado, a Educação consistia no mais eficiente instrumento para a construção de um Estado Democrático. Acreditavam que um regime político que se defina como sendo do povo e para o povo necessita de uma sólida organização escolar capaz de oferecer uma formação política, à mais completa possível, a todos os cidadãos. Casemiro confirma sua análise com depoimentos como este: já que a revolução (a República) entregou ao povo a direção de si mesmo, nada é mais urgente do que cultivar-lhe o espírito, dar-lhe a elevação moral de que precisa, formar-lhe o caráter para que saiba querer (...). A instrução do povo é, portanto, sua maior necessidade (...) só é independente quem tem o espírito culto, a Educação revigosa e mantém a posse da liberdade"<sup>(9)</sup>.

Em 1976, num outro contexto sócio-econômico e político, HERRMANN também enfatiza a importância da Educação do povo para a construção de um projeto político democrático, num enfoque libertário e não liberal. "Depois

---

<sup>8</sup> HERRMANN, J. Teses para um Governo Democrático, p. 22.

<sup>9</sup> ARROYO, M. G., Educação e Exclusão da Cidadania, in Educação e Cidadania: quem educa o cidadão? p. 31 e 32.

de tantos anos de contínuo desprezo pela atividade política, identificada como causa de todos os males nacionais pelos autopromovidos dirigentes máximos da racionalidade administrativa - os tecnoburocratas de todos os níveis - a administração Municipal de Piracicaba pretendeu restaurar a dignidade da ação política. Não despreza o trabalho técnico, pelo contrário, o valoriza. Mas o valoriza sem diminuir a importância do político, porque não são incompatíveis. Ambos devem se completar sem se corromperem. Tal corrupção ocorre quando a técnica é elevada à condição de intérprete da vontade política dos cidadãos. Assim ela fica esvaziada de sua função específica e se lhe atribuem funções que não se estruturam no âmbito de sua competência, expondo-se a seus manipuladores ao próprio desprezo da opinião pública. O que estamos agora demonstrando é que a vontade política da população pode ser respeitada, sem que se deixe de promover a sua consciência política e se refinem as suas necessidades. O administrador Municipal pode e deve agir tendo em vista a articulação fundamental entre as necessidades, suas formas de expressão, a organização do povo, a liderança sobre sua equipe, a convocação frequente de novos colaboradores, e assim se aproximar o possível em seus atos, dos conteúdos que respondam às exigências sociais da comunidade (...). Em segundo lugar, o povo deve sentir que sua força não advém das falas e das proclamações das elites que se julgam intérpretes da sua vontade, sejam os intelectuais, sejam as responsáveis pelos meios de

comunicação, sejam as indústrias, mas sua força advém da sua capacidade de organização e da ação fundada nessa organização"<sup>(10)</sup>. Esse processo, acreditamos passar necessariamente pela Educação.

A Escola, nesse contexto passa a ser um real instrumento de luta na obtenção de uma nova ordem social e não apenas um instrumento de manutenção e reprodução dos interesses das classes dirigentes.

Acreditamos que uma proposta como esta não deixa dúvidas quanto ao seu caráter da democracia e do resgate da cidadania.

Não podemos, portanto, continuar a justificar a exculsão da cidadania, como bem coloca ARROYO, na "tese da imaturidade política do povo"<sup>(11)</sup>. Temos que mudar esse discurso. A administração Municipal de Piracicaba, entende que resgatar a cidadania, significa fazer com que o povo participe da sociedade falando de seus sonhos, propondo idéias e soluções para seus problemas. Significa criar espaços que permitisse a liberação de toda a impaciência reprimida, na busca das coisas para uma vida digna, violentamente negada.

---

10 HERRMANN, J. Administração Municipal de Piracicaba: A serviço de quem?. in Democracia feita em casa, p. 91.

11 ARROYO, M. G., Educação e Exclusão da Cidadania, in Educação e Cidadania: quem educa o cidadão? p. 31.

O atendimento das necessidades básicas de um povo, em níveis que correspondam às expectativas, é condição necessária para o resgate da cidadania.

Como então atender, às necessidades sociais básicas da população?

As precárias condições de vida da maioria da população, devidas: ao desemprego; ao grau de desenvolvimento da maioria da população; a um trabalho de baixa renda e produtividade; às péssimas condições de saúde e vida ligadas às péssimas condições de moradia; a nenhum acesso à Educação, recreação, transporte; à nenhuma participação nas estruturas organizacionais e de decisões nas estruturas organizacionais e de decisões dentro da sociedade; levou-nos a inferir que a população possui, como finalidade de vida, a sobrevivência.

Essa configuração da realidade permitiu-nos perceber a problemática vivida pela maioria das crianças brasileiras e questionarmos sobre o possível papel que estaria sendo a elas reservado, a partir do modo de construção ou configuração da realidade que essa população tem, desde o momento de sua inserção pessoal na sociedade. As carências acentuavam-se do centro para a periferia, o que correspondia a afirmar que as áreas, onde se fixavam as famílias mais numerosas, eram aquelas onde o equipamento

escolar era mais rarefeito<sup>(12)</sup>.

A administração Municipal de Piracicaba, pareceu reconhecer a importância de incidir sobre uma das dimensões da situação de vida dessas famílias de baixa renda: a Educação escolarizada de suas crianças. Fosse um programa que visasse o desenvolvimento da criança nas diversas áreas, fosse no processo mais amplo de socialização e de maior consciência crítica.

"O Programa de Ação Comunitária de Piracicaba - PAC, previa em sua elaboração e depois, na sua consecução, que na área educacional o plano deveria estabelecer a construção de Centros Polivalentes de Educação e Cultura, os CEPEC'S, os quais seriam considerados meios para o desenvolvimento de programas, dirigidos basicamente às pessoas de baixa renda e moradoras da periferia da cidade"<sup>(13)</sup>.

---

<sup>12</sup> Dado obtido pela Secretária do Bem Estar Social/Piracicaba, SP., 1978.

<sup>13</sup> HERRMANN, J. Estratégias em Educação de Base. Pg. 1.

## 2. CEPEC'S: CENTROS POLIVALENTES DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### 2.1. Justificativas

Em pesquisa realizada pelo Departamento de Promoção Social da Prefeitura do Município de Piracicaba, tínhamos, em 1977, aproximadamente 12.960 crianças com menos de 14 anos de idade, ou seja, 66.09% da população da cidade de Piracicaba, em idade escolar legal ou pré-escolar nos cinco bairros de periferia, considerados prioritários: Santa Terezinha, Piracicamirim, Vila Cristina, Matão, Jardim Califórnia. Dessas 12.960 crianças, 4074 estavam com menos de 6 anos. De imediato, a Administração Municipal deveria atender essas crianças levando em conta a inexistência de um atendimento total a nível Municipal e Estadual.

Os programas de atendimento foram estabelecidos de acordo com os seguintes critérios:

a.) Atendimento de demandas estruturais significativas para o incremento de renda nas famílias - programa de berçário, Creche e Pré-Escola (0 a 7 anos).

b.) Atendimento de crianças e pré-adolescentes que frequentam as escolas estaduais, de modo a superarem algumas barreiras culturais - através do Programa de Educação Complementar 1<sup>o</sup> grau (7 a 14 anos).

c.) Atendimento de Adultos para suprir necessidades de informações e formação de funcionários e comunidade, através do Programa de Educação Complementar de Adultos (PECA).

## 2.2. O que são CEPEC'S?

Os Centros Polivalentes de Educação e Cultura são Centros onde funcionam berçários, creches, Educação Complementar de 1º grau, Educação Complementar de Adultos, em bairros periféricos da cidade de Piracicaba, utilizando-se de recursos da Municipalidade e da comunidade. São grandes construções com capacidade de atendimento variando entre 120 a 460 crianças.

O projeto dos CEPEC'S, teve início em 1977, mas sua implementação definitiva ocorreu em 1978.

Os três primeiros CEPEC'S, foram implantados nos bairros de Santa Terezinha, Piracicamirim e Matão, em locais estratégicos de desenvolvimento do bairro, de fácil acesso à condução de trabalho dos pais das crianças.

Em 1981, foram implantados mais dois CEPEC'S, no Algodão e Vila Fátima, já como uma arquitetura mais moderna que os dois anteriores.

Em 1982, foram implantados outros seis CEPEC'S, nos bairros da Vila Cristina, Vila Sônia, Paulicéia, Jaraguá, Vila Independência, Caxambu, com arquitetura nos padrões dos anteriores (Algodão e Fátima), em pontos também estratégicos dos bairros, ao lado de Centros de Saúde e Escola Estadual.

O atendimento dos CEPEC'S respeitavam as demandas de cada bairro.

### 2.2.1 Descrição física dos CEPEC'S

Os CEPEC'S constam com grande área de recreação, refeitórios, cozinhas experimentais, salas de aulas, salões de Educação Artística, Anfiteatros, banheiros, lavanderias, sala de professores, diretoria quarto de despejos.

**Berçário:** Há um lactário para atendimento exclusivo a bebês (0 a 2 anos); sala de sono, refeitório e/ou sala de atividades; áreas livre com solário, banheiro com banheiras térmicas, chuveiros vasos e pias. O atendimento era para 20 crianças de 0 a 2 anos de idade.

**Creche:** Composta de uma cozinha experimental completa com balcão térmico; sala de sono, transformada também em salão de recreação; refeitório e/ou sala de atividades; dois banheiros, um para crianças de 2 a 4 anos e outro para crianças de 5 a 6 anos, com chuveiros, vasos, pias, e uma grande área externa com anfiteatro usada, em comum ou não, com crianças da pré-escola e de Educação Complementar. O Atendimento era de 80 crianças.

**Educação Complementar:** Utilizava 4 salas de aula, atendendo 20 crianças em cada uma, num total de 320 crianças entre os dois períodos em esquema de rodízio; salão de Educação Artística; Refeitório; Cozinha Experimental Completa; Anfiteatro; Áreas livres Externas e Interna.

### 2.2.2 Tipos de CEPEC'S

Há dois tipos de CEPEC'S - os chamados CEPEC'S I E CEPEC'S II. Foram assim diferenciados pois atendiam às demandas dos bairros a nível da clientela, discutidos em comissões de creche, de escola com a Comunidade.

CEPEC'S I: São em número de cinco e se localizam em Santa terezinha, Piracicamirim, Vila Fátima, Algodual e Caxambu. Cada CEPEC', atendia crianças de 3 meses a 12, 14 anos, assim distribuídos.

- 20 crianças, de 3 meses a 2 anos, em berçário;
- 80 crianças, de 2 anos a 6 anos, em creche;
- 30 crianças, de 6 anos a 7 anos, em pré-escola;
- 320 crianças, de 7 anos a 12, 14, em Educação Complementar.

Total de atendimento desses CEPEC'S - 460 crianças.

CEPEC'S II: São em número de seis. Funcionam e localizam-se nos bairros de Vila Sônia, Vila Independência, Jardim São Paulo, Paulicéia, Jaraguá, Vila Cristina.

Cada CEPEC' II, atendia crianças de 3 meses a 7 anos, assim distribuídos:

- 20 crianças, de 3 meses a 2 anos, em berçário;
- 80 crianças, de 2 a 6 anos, em creche;
- 20 crianças, de 6 a 7 anos, em pré-escola.

Total de atendimentos, 120 crianças.

### 2.2.3. Critérios para o atendimento

No início de 1982, tínhamos um atendimento a 2680 crianças em onze bairros da periferia da cidade de Piracicaba.

A seleção de crianças se dava por critérios pré-estabelecidos pelas comissões de bairro (creche e escola) e pais, e eram:

1.) Mães que trabalhavam;

2.) tempo de moradia do bairro - quanto maior o tempo, maior a preferência, ou seja, quanto maior era o tempo de fixação da população no bairro, melhores condições de acontecer o trabalho pedagógico, a nível de continuidade e maior a luta por melhoria de condições de vida do bairro.

3.) Renda per capita da família. A renda era determinada pela renda total da família, dividida pelo número de pessoas da mesma.

O atendimento às crianças, ocorria de segundas à sexta-feiras, nos seguintes horários:

Entrada - das 7:00 horas às 8:00 horas.

Saída - das 17:00 horas às 18:00 horas;

para todos os os CEPEC'S.

## 2.2.4 Atividades Rotineiras Desenvolvidas

### 1. Berçário:

- 8:15 horas - era servida mamadeira para as crianças menores e leite e pão para as maiores. Após o café, as crianças eram submetidas à higiene.

- 9:00 horas - eram levadas ao solário para tomar sol e brincar com sucatas, papel e massinhas.

- 9:30 horas - hidratação e, logo após, alguns dormiam e as outras entravam em atividades pedagógicas.

- 10:45 horas - era servida papa as menores e comida sólida às maiores.

- 11:30 horas - as crianças eram trocadas e em seguida dormiam.

- 14:30 horas - horário do lanche.

- 15:00 horas - atividades de acordo com o planejamento.

- 15:30 horas - banho, quando as manitoras faziam exercício corporal com as crianças.

- 16:30 horas - era servido o jantar, seguido de atividade livres até o momento da saída.

### 2. Creche e Prê-Escola:

- 8:00 horas - as crianças recebiam leite, pão e manteiga.

- 8:30 horas - escovavam os dentes usavam o banheiro.

- 9:00 horas - atividades livres no pátio, sob a observação das monitoras.

- 10:00 horas - atividades dirigidas de acordo com o planejamento.

- 11:00 horas - almoço. Em seguida, escovavam os dentes, usavam novamente o banheiro.

As crianças da creche iam para a sala de sono e dormiam até a hora do lanche.

As crianças da Pré-Escola, tinham atividades livres no pátio.

- 14:30 horas - lanche.

- 15:00 horas - enquanto três monitoras davam banho nas crianças, as demais davam atividades dirigidas, em sala de aula e vice-versa.

- 16:15 horas - era servida sopa. Logo após, escovação dos dentes e preparo para as crianças irem embora para a casa.

### 3. Educação complementar:

As crianças que frequentavam o programa de Educação Complementar eram as que cursavam o 1<sup>o</sup> grau (1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série) em escolas da rede estadual de ensino, na seguinte conformidade: as crianças, que frequentavam o curso regular, no período da manhã, iam para os CEPEC'S à tarde e vice-versa.

O programa funcionava com duas turmas de vinte (20) alunos para cada professor. Enquanto uma turma estava

em sala de aula, a outra estava em aula de Educação Física ou Artística.

As crianças permaneciam por uma hora e quarenta minutos, fazendo lições de casa e as outras atividades. Seguiam um planejamento elaborado no início do ano, sujeito a reelaboração periódicas.

O cronograma para as crianças que frequentavam o CEPEC no período da manhã era o seguinte:

8:00 horas - café da manhã.

8:30 horas - turma I na sala de aula, turma II em Educação Física ou Artística.

- 9:40 horas - turma II em Educação Física ou Artística, turma I em sala de aula.

- 11:00 horas - banho/almoço, escovação de dentes, saída para a escola.

No período da tarde, o ciclo se repetia, iniciando com almoço e terminando com a escovação dos dentes, depois do jantar, como preparo das crianças para o retorno à casa. Nos períodos de férias, as crianças continuavam a ser atendidas em atividades de recreação, trabalhos manuais, grupos de discussões sobre temas que lhes interessassem.

Tendo como objetivo, melhorar o estado nutricional das crianças atendidas pelos CEPEC'S e conseqüentemente a sua capacidade de aprendizagem, o setor de Alimentação Escolar (SAE) desenvolveu, nesses CEPEC'S, o Programa de Assistência e Educação Nutricional que se

compunha de quatro refeições: café da manhã, almoço, merenda das 14:00 horas e merenda das 17:00 horas, gratuitos.

Os cardápios constavam diariamente, de preparações à base de carne, ovos, verduras, legumes, frutas, leite, cereais, que supriam 100% das necessidades diárias das crianças em nutrientes, respeitando hábitos alimentares da região.

### 2.2.5 O corpo docente

Nos CEPEC'S, o corpo docente se compunha de:

CEPEC'S I - um diretor, uma secretária, um professor de Educação Física, um professor de Educação Artística, quatro professores de Educação Complementar (1<sup>a</sup>, 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> séries), um supervisor e um professor de pré-escola, oito monitoras, quatro merendeiras, duas serventes e um zelador.

CEPEC'S II - Um diretor, um supervisor e um professor de pré-escola, oito monitoras, três merendeiras, uma servente e um zelador.

Todos os funcionários passaram por um exame de seleção (prova escrita e entrevista) interno da secretaria da Educação. E os cargos de monitores, serventes, zeladores, professores e secretárias deveriam ser preenchidos obrigatoriamente com moradores do bairro onde o CEPEC estava localizado.

Depois de selecionados, os funcionários passavam por um exame médico e por um treinamento intensivo

de dois a três meses de duração.

O treinamento tinha como objetivo a discussão dos processos de trabalho, da visão da cidadania, de cultura e de uma análise sobre a Educação brasileira. Constava de palestras, discussões de textos, aprendizagem de atividades pedagógicas e estágios. Estas últimas continham orientações básicas de higiene e saúde, psicologia infantil, pedagogia, Educação artística, Educação Física, comunicação e expressão, matemática, estudos sociais, trabalho comunitário.

Esses treinamentos eram ministrados pelos coordenadores dos programas dos CEPEC'S que continuavam, após o treinamento, um trabalho de supervisão aos mesmos. Esta supervisão compreendia reciclagens periódicas e atendimento direto aos CEPEC'S.

#### 2.2.6 Programa de educação complementar de adultos

Este programa constituiu-se num conjunto de sub-programas definidos por necessidades de informações e formação de funcionários, pais e comunidade. E por quê? o que faltava, se eles interferiam no conteúdo, na administração, na coordenação, nos processos de mobilização, organização, conscientização e nos processos de tomada de decisões?

Na verdade, o que se procurava no trabalho, era a preparação política de quadros de execução. O treinamento, por exemplo, pelo qual todos os funcionários

havia passado, foi um exercício preparatório e, como tal, apresentou falhas. Os questionamentos foram surgindo, foram-se acumulando, incomodando e, debaixo de uma mesma nomenclatura, de um mesmo programa de ação, se passavam coisas diferenciadas. Exercer é muito diferente de ser exercitado, treinado. Havia os que perderam a sua linguagem, a sua aceitação no meio ao qual pertenciam e queriam viver com os populares, como se a origem de classe fosse algo extirpável; outros se encantaram com a imagem do poder e do saber, reproduzindo, por vezes, o tão combatido processo de dominação.

Era necessário, portanto, retomar o processo. Era necessário discutir essas questões politicamente, entre técnicos, funcionários, pais e comunidade. Era importante que cada um soubesse o lugar que ocupava no sistema social e as implicações que daí decorriam, o que pode, como coloca Bezerra "render um comportamento positivo e não uma determinação que imobiliza a nossa ação um favor de uma outra estrutura social".

Existe um sim e um não nessa vivência e importam os dois lados. Um lado que consagra a ordem de coisas vigentes, e outro lado que a contesta e tenta engendrar o novo. Quer dizer, um lado reprodutivo e um lado criativo"<sup>(14)</sup>.

---

<sup>14</sup> BEZERRA, A. Conversando com os agentes, in cadernos de Educação Popular 3, p. 15.

O importante era o confronto do reprodutivo com o novo na vivência das camadas populares para o processo de conscientização no resgate da cidadania.

Na conjuntura política da época, a mobilização das camadas populares no resgate da cidadania era algo importante, pois implicava numa mudança, ou seja, implicava em reconhecer que o conhecimento popular tinha um peso e, por conseguinte, deveria ser reorientado para um outro uso que não o de controle.

A proposta do PECA, era a de que o conhecimento técnico e o conhecimento popular caminhassem em cumplicidade.

"Queiram ou não, vivemos numa sociedade de classes onde a luta se deu historicamente não só pela jornada de trabalho e pelos salários, mas pela construção de uma concepção de mundo. Não podemos separar cultura de produção de relações sociais, (...). A luta pelo saber, pela cultura, pelo ensino, acaba sendo o modo pelo qual o povo entra na história e se constitui cidadão. Conquistar a cidadania não é só aprender a ler, escrever, contar ou saber as histórias da carochinha ao lado das histórias mais críticas. A conquista da cidadania passa fundamentalmente pelo saber que se adquire na luta política travada diariamente para construir a cidadania"<sup>(15)</sup>. Daí, a

---

<sup>15</sup> ARROYO, M.G. A escola e o movimento social: relativizando a escola in revista ANDE, n.12. p.18.

importância do engajamento de todos no trabalho das Comissões de Bairro, nos Centros Comunitários, nos Sindicato e Associações, nos Movimentos de Cultura Popular (MCP), nos grupos de estudo, o que permitia o questionamento das informações fornecidas pela classe dominante. O importante era aprender a ler o que estava por trás delas, pois essa compreensão permitiria a relação com outros fatos e seus desdobramentos. Era importante que as classes populares se apropriassem desse saber que lhes é negado, criando, dessa forma, uma nova concepção de sociedade. Era importante também que este saber fosse, em alguns momentos especializado. "É o caso do advogado que se dedica a defender questões referentes à posse da terra em litígio; do médico que reforça, com sua atuação, o saber popular acerca do valor curativo de determinadas ervas"<sup>(16)</sup>. Criar o saber era, pois, o grande desafio.

Para o PECA, o importante era que cada indivíduo fosse valorizado por:

- sua referência ao programa de trabalho proposto;
  - pelas tarefas que realizavam individualmente e no coletivo;
  - pelo interesse, frequência, assimilação e adesão aos objetivos do programa;
- e pelo (a):

---

<sup>16</sup> GARCIA, P. B. Saber popular/Educação Popular, in Cadernos de Educação Popular 3. p. 35.

- conhecimento que possuíam através de suas experiências vividas;

- capacidade criadora que se manifestava através de "cantos, danças, comidas, formas de luta, formas de sobrevivência, códigos próprios"<sup>(17)</sup>.

Nesse sentido, selecionou-se um dos muitos significativos, depoimentos de agentes de Educação Popular que, a partir da experiência realizada, fala do seu aprendizado e como isso influenciou na sua vivência pessoal.

"Eu vinha de um outro trabalho e fiquei até chocada com tanta liberdade de opinião. Foi a gestão que eu mais trabalhei, porque tinha serviço. Mas a gente não sentia, a gente sente, depois, quando pega um trabalho e não faz nada. O tempo não passa, a gente não rende e fica cansada. Aí é que a gente passa a comparar o trabalho anterior e ver quanta coisa a gente fez. Hoje, quando falo do trabalho, me dá uma angústia tão grande! Quando penso como eu era tão animada na outra administração, eu tinha um pique tremendo, depois passou. Antes a gente não tinha preguiça, a gente trabalhava até de domingo, pois tinha muita festa, muita participação com a comunidade. As crianças eram desembaraçadas. Tinha festa do folclore, festa junina, tudo com dança, teatro. Só quem viveu para saber o que foi. Meu marido não saía do CEPEC também. Não tinha

---

<sup>17</sup> Ibid., p. 41.

divisão casa e trabalho. Até meus pais vinham de fora para participar. era uma coisa chamativa, todos participavam e aí volto a pensar em mim, aqui, agora. Aqui estou. eu cumprio minha obrigação e não faço mais nada. na época, eu não cumpria uma obrigação. era um prazer.

Então, os olhos da gente se enchem de lágrimas, pois é como se a gente tivesse morrido um pouco profissionalmente. A gente vivia fazendo cursos, tínhamos bibliotecas com livros para consultas, trazidas pela supervisão. A gente estava sempre lendo, sempre discutindo.

Esse trabalho me modificou muito. Antes eu era tímida, com muita dificuldade de falar, eu não me expunha. Nesse trabalho eu descobri que eu sou, uma pessoa, espantada, faladeira, que dança, canta. Hoje eu falo o que penso, doo a quem doer, falo em qualquer situação. Por outro lado, esse método de trabalho teve seu lado ruim - porque quando a gente cai num sistema como a gente caiu, a gente sofre. Nós já passamos por uma gestão; (nota do autor: 83 a 88) agora estamos passando por outra, (nota do autor: 89 a 92) e é cedo pra ficar falando dela. mas <sup>na</sup> anterior, a gente foi bloqueada em tudo, pois as pessoas que desenvolvem o método do João, são pessoas que não são fáceis de ser levadas na conversa. Você já sabe o que você quer. desde as crianças, porque a turma do SESI, falavam (SIC) que as crianças daqui do CEPEC perguntavam muito, não paravam quieta, mas não é que não paravam quieta - é que elas não aceitavam só o que a professora pudesse na lousa, elas

queriam saber o porquê, não entendiam e discutiam. Então, os professores também não estão preparados para enfrentar esse tipo de educação. E a gente também não fica preparada, depois, quando encontra um outro sistema onde se tem que ficar quieta. Aí, é dose, porque quando começou a gente se dava muito mal, porque chegava aqui, a gente ficava absurda. Era assim: se você não tá contente, saia, pegue a conta. Foi nesse sistema, tudo que se dava, vinha pronto. Pra começar, começou o ano do pré, veio o planejamento pra gente, o que a gente devia dar.

Para a creche, veio uma pasta, chamada pasta preta que tem até aí. Do berçário, até cinco anos tudo vinha pronto e a gente não estava acostumada a isso. Antes não, tudo era discutido. até o que ia ser dado por semana, o que ia ser dado naquela semana. Era avaliado o que tinha sido dado, o que não deu certo e por que não deu. Tudo isso era discutido em grupo.

Eu, quando peguei aquele planejamento pronto, pensei: O que é que eu faço com isso? A gente foi educada na gestão com o João assim: tudo que fosse ser dado, a gente precisava saber o porque, para que e como. Era uma das coisas que a turma da Educação exigia. Até uma musiquinha e uma brincadeira, tinha que saber porque estava dando, e como estava dando e para que tava dando.

Educação não é ensinado assim não. E falavam assim com fatos históricos, vocês tomem cuidado porque se vocês não sabem os fatos verdadeiros, é melhor omitir,

deixar passar. Para que ensinar, 7 de Setembro? Eles não entendem, coitados. O que podia se fazer, era um comentário vago. Então, quando a gente pega um outro sistema, onde não se pode discutir. a gente sofre muito, quando pega essas coisas, porque a gente não sabe como encarar. Eu sofri muito, ainda mais que eu tinha me desembaraçado tanto, e soltei muito a língua e ... aí para voltar pra trás. O mesmo aconteceu com as crianças. A gente compara. As crianças do pré agora são comportadas demais, porque é o próprio método. Agora é uma lição atrás da outra, poucas brincadeiras. Na época do João não é que as crianças eram indisciplinadas, elas eram participativas ao extremo.

A gente punha um assunto pra discutir ou lia uma história, ela rendia um dia inteiro, o outro dia, e às vezes, até o outro. Da história, saíam dez a quinze trabalhinhos. Hoje em dia, se conta um história para a criançada do pré, eles ouvem e, quando muito, produzem um desenho. É difícil.

A criançada era viva. Hoje, essa criançada do pré, por causa do método, eles participam, mas são comportadinhos.

Naquela época, a gente dava um brincadeira e logo em seguida eles inventavam outra. A gente ficava observando para aprender com eles.

Hoje, eles repetem o que a gente dá. São todos repetitivos. Falta criatividade, porque é o próprio método que está aí.

Antes, a coordenação dos CEPEC'S, trazia tudo que estava acontecendo no ensino pra gente. Eles faziam reuniões com todos os funcionários. Sabia-se, também, tudo que estava acontecendo na política. Tudo era decidido na câmara, porque a gente não podia estar saindo toda hora, então aí eles traziam pra gente e tudo era discutido aqui.

(...) Nós aprendemos a discutir, (...) a ouvir críticas, esse é o processo que educa todo mundo.

A gente aprendeu a reclamar, a falar do que não estava de acordo e ... tem coisa aí, que a gente gostaria até de não ter entendido.

Todo mundo morreu aqui. Hoje a gente é quieta, comportada. **A** gente continua, ainda, por questões financeiras, porque na cabeça a gente é tudo revolucionário. Todo mundo quer mudança, todo mundo quer voltar àquilo, a gente quer criar. A gente antes, se sentia parte do Brasil - que a gente tava criando, que tava ajudando. Hoje em dia, eu não sinto nada, não sei mais nem do Brasil e isso é absurdo. **Q**uem nunca viveu assim, não sente nada, mas a gente que viveu na época do João, que já teve essa sensação de trabalhar porque quer trabalhar e que queria sempre mais, é duro.

Eu trabalhava 8:00 horas por dia e hoje trabalho 4:00 horas e acho que está muito, porque não aguento o sistema.

Mas a cabeça da gente não mudou o que aprendemos e a esperança continua. **A** gente espera que

volte"\* .

### 3. CEPEC'S - FILOSOFIA EDUCACIONAL

Toda a filosofia educacional dos CEPEC'S era na linha de uma <sup>escola</sup> aberta, menos burocratizada. Um ensino mais vivencial, flexível e individualizante onde se respeitava a cultura e o desenvolvimento de cada grupo social.

1.) "Qualquer que seja a etapa da vida que se considere a educação verdadeira desenrola-se segundo o princípio geral de "experiência tacteante" que ultrapassa todos os outros métodos mais ou menos científicos. A educação sistemática logo que pretende substituir um processo que é a própria lei da vida pelos métodos racionais. tudo o que ela pode e deve fazer é tornar esta experiência tactante cada vez mais rica e acelerar sua evolução no intuito de permitir a ascensão máxima dos indivíduos à eficiência social e a humanidade"<sup>(18)</sup>.

Para se alcançar tal ambiente rico é preciso entender o que ele significa: "meio natural, onde o trabalho do educador será bastante mais fácil: bastar-lhe-á

---

\* Depoimento de uma moradora do bairro da Vila Fátima que ocupou na Administração Municipal de Piracicaba 77/82, o cargo de supervisorado CEPEC do mesmo bairro é agora e professora de Pré-escola, no mesmo CEPEC.

<sup>18</sup> FREINET, C. Para uma escola para o povo. p. 33.

compreender o novo espírito pedagógico e saber "ajudar" como convém a experiência infantil. A nossa reserva de infância não será pois uma sala ou um parque qualquer. A preparação material e técnica deste meio será, compreende-se porque, uma das nossas essenciais preocupações educativas"<sup>(19)</sup>.

Nos CEPC'S, as crianças tinham lugar onde podiam exercer atividades de jardinagem, observações de experiências, etc. A natureza era mais explorada que a sala de aula, mas não só ela. As salas de aula tinham suficientes elementos que permitiam inúmeras atividades com elementos naturais. Demos privilégio às experiências tacteantes por considerá-las a primeira fase do trabalho manual e intelectual, aliás, utilizam-nos do pressuposto de GRAMSCI "Todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais"<sup>(20)</sup>.

FREINET, foi utilizado com algumas readaptações, por não ser um método a mais, uma renovação, e sim um modo de fazer ou método complementar vinculado ao povo. ou como ele mesmo diz "O nosso movimento pedagógico não gira de modo algum à volta de uns tantos métodos, por melhores que sejam. Não pretendemos o êxito de um método, nem a difusão de um material, por muito perfeito que seja. O nosso objetivo é a renovação e a modernização da escola

---

<sup>19</sup> Ibid., p. 35.

<sup>20</sup> GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura, p. 7.

popular, eficiência dos nossos esforços, a revalorização do trabalho dos educadores no seio do povo consciente de sua missão histórica"<sup>(21)</sup>.

2.) As linguagens eram desenvolvidas brincando de tatro, interagindo com o grupo, contando suas próprias experiências. As atividades em grupos, entendidas como forma de promover a participação, troca de idéias e o estímulo ao pensar.

3.) O processo de aprendizagem era a preocupação dos CEPEC'S. a escola devia sempre lembrar que cada ser humano era diferente um do outro, que cada um possuía suas potencialidades, limitações, dificuldades, caminhos próprios e diferentes.

A contribuição de Piaget para o trabalho foi rica nesse sentido. Veja-se a questão da aprendizagem. Para que acontecesse aprendizagem, devíamos estar cientes de que deveria existir antes um desenvolvimento que possibilitasse essa aprendizagem. O fato de uma criança aprender certas coisas, não significava que ela estivesse se desenvolvendo. Era importante que essa aprendizagem estivesse provocando mudanças nas crianças para que ela pudesse fundamentar outras aprendizagens.

O importante era deixar a criança bastante livre para a sua criatividade, bastante solta para seus

---

<sup>21</sup> FREINET, C. Para uma nova escola para o povo, p.

próprios caminhos e mantivéssemos a disponibilidade de acompanhar as crianças nas áreas que estava precisando de auxílio podendo dessa forma, auxiliá-la a completar a sua formação. Tentávamos redirecionar as atividades no sentido de que: ao saber provocar os desafios certos que a criança precisava, dávamos oportunidade para que ela se desenvolvesse. Se a criança recebesse coisas prontas, só rotina, ela poderia ir aprendendo, mas não se desenvolveria interiormente.

4. A situação de brinquedo livre, onde a criança inventava sua brincadeira era uma atividade estimulada nos CEPEC'S por envolver a criatividade. A criatividade aqui pode ser entendida como aquela que se direcionava na busca de soluções das coisas, das necessidades.

Quando a criança brinca pelo valor intrínseco do brinquedo, pelo prazer de brincar o seu engajamento na atividade é honesto e total. Ela se dá, cria os valores, atende suas necessidades, vivência papéis. Isso faz com que as crianças passe a se interessar pelas coisas pelo valor real delas, tornando suas atividades produtivas. Essa capacidade de engajamento pelo valor real da coisa, vai se desenvolvendo mais tarde, levando-a a maior engajamento na sua participação social. No seu trabalho, na sua vida. O importante era que essa participação fosse canalizada para um trabalho produtivo, a vencer obstáculos tal como a vida lhe apresenta.

Viver é optar, discernir, criticar, analisar, deduzir. Não é comprar pacotes prontos onde já estão escritos as soluções. A escola não tem que simular a vida, mais vivê-la.

5.) "Sabemos que os fatos não existem isolados ou fragmentados em seus aspectos, mas são intimamente relacionados uns com os outros. Não há, pois, porque frequentar essa realidade em matérias e atividades distintas, mas é preciso apresentar a realidade na sua complexidade e dinâmica, para que a criança possa, através da visão do contexto global, formar conceitos e idéias.

A proposição de um planejamento organizado em torno de uma idéia central (Centro de Interesse), dinamiza o processo educativo e dá direção aos objetivos. Nesta proposição de um planejamento integrado, as situações de aprendizagem não são propostas ao acaso, nem como atividades isoladas, mas devem fazer parte de um conjunto onde os problemas e as atividades são propostas numa linha de encadeamento, onde as atividades se seguem partindo simples para o complexo, levando a perceber o mundo como um conjunto de experiências complementares"<sup>(22)</sup>.

Portanto, a atenção desse tipo de planejamento estava na forma de como realizá-lo e no papel que os técnicos tinham dentro do mesmo - de assessores do processo.

---

22 Piracicaba (cidade), S. P. (estado) - Secretaria da Educação. Coordenadoria do plano municipal de educação, p. 4.

Esses auxiliavam no processo de apropriação do conhecimento da experiência, de voltar-se a ela examinando, compreendendo para então apropriar-se dela.

#### 4. CEPEC'S - ABORDAGEM POLÍTICA EDUCACIONAL

Numa sociedade de classes os interesses se reproduzem sempre no sentido dos mais organizados e detentores dos privilégios.

As classes populares que sempre estiveram nos regimes submetidos à opressão a serviço desta reprodução nunca tiveram acesso por fatores espontâneos, a pobreza, ou é ela incorporadas à sua libertação. Para a maior parte das crianças brasileiras, o primeiro impacto educacional é a escola de primeiro grau onde se pratica a primeira experiência escolar sistematizada, a alfabetização. "Dentre os 21 milhões de crianças existentes no Brasil em idade pré-escola, apenas 4% recebiam em 85, algum tipo de atendimento incluindo-se o setor privado"<sup>(23)</sup>.

Isso acontece, porque os terminais (pais, alunos, etc.) ligados a seus direitos sempre estiveram ativados por elementos cuja base de sustentação se dava pelo

---

<sup>23</sup> KRAMER, S. "A Política da pré-escola no Brasil". p. 11.

retrato superior da pirâmide social. Assim o eram os benefícios sociais colocados aos trabalhadores - Educação, saúde, Cultura, Lazer, Transportes.

Não é para menos então, que a Educação se serviu no Brasil a este fim. Tantas crianças estão na situação acima colocada porque este é o fim. ~~o fim da educação~~ <sup>esta é</sup> a finalidade do regime - a educação para educar o povo a obedecer, a praticar o que está fora, subservientes ao processo de aviltamento social que lhe é imposto.

A proposta da Secretaria Municipal de Educação, através do Plano Municipal de educação, era ativar os terminais - CEPEC'S, como pontos nevrálgicos da dor social e cutucando-a para que o povo ~~soubesse~~ <sup>estava</sup> doente o corpo, e buscar no científico, solidário e coletivamente sua cura.

José Bonifácio Coutinho Nogueira, ex-secretário Estadual de Educação, num documento falando a respeito de alunos discriminados sócio-economicamente, dizia o seguinte:

"Vê-se, pois, que, reprovado, e mesmo querendo prosseguir, o aluno não consegue acompanhar os estudos. Porque o seu universo cultural é paupérrimo, ele não tem currículo oculto familiar que permita um acompanhamento, não tem muitas vezes condições de saúde para isso. Como o fenômeno ocorre, com maior incidência, nas áreas sócio-economicamente mais carentes, é sobre ela que devemos

atuar com ênfase maior"<sup>(24)</sup>.

ROMANELLI, KRAMER, MALTA CAMPOS, KESSEL, têm demonstrado que a evasão escolar nas quatro primeiras séries do primeiro grau ocorre em decorrência de fatores extra e intra escolares.

Acreditamos ser o <sup>fator</sup> extra escolares de maior relevância, já que são os relacionados às diferenças de classes sociais, sendo que os mais prejudicados são os filhos dos trabalhadores urbanos e rurais. Com isso, vê-se uma forte tendência a abandonarem a vida escolar para ingressarem no trabalho como uma fonte a mais de renda para a família.

Uma possível alteração nesse quadro seria a diminuição do índice de evasão escolar que depende do tipo de cidadão que queremos na sociedade. O Estado não transforma, ele forma e portanto, reproduz os interesses da classe no poder. "O Governo não faz revolução, revolução é que faz Governo, dizia ORCHETTO"<sup>(25)</sup>.

A fonte primeira da evasão com base na própria escola é a denominada de diferenças entre o "capital cultural" dos professores e alunos. Este "capital cultural" se constituiria no conjunto de elementos de explicação, intervenção e transformação da natureza física e social que

---

<sup>24</sup> NOGUEIRA, J. B. C. O ensino público em São Paulo. p. 10-(mimeo).

<sup>25</sup> ORCHETTO - Secretário Geral do PCI/Congresso PCI - 1989.

as classes sociais possuem de forma diferenciada. A criança que chega à escola, é uma criança que apresenta comportamentos adquiridos no meio em que ela vive, da classe social em que sua família está inserida. Portanto, as crianças que se apresentam para a alfabetização, apresentam comportamentos diferentes, na medida que são provenientes de classes diferentes.

A sociedade capitalista não é só formada por classes sociais diferentes, mas também antagônicas, que vivem em eterno conflito social de luta de classes - classe dominante versus classe dominada.

Uma criança então, de classe média e/ou alta possuem um conjunto de informações, modos de comportar, as pirações, etc., que são reconhecidos como valiosos pelos professores, já que são aceitos e valorizados pela sociedade em que vivemos. Portanto, mais uma vez as crianças desprivilegiadas das classes dominadas, tem sua cultura e suas necessidades desrespeitadas. Estas entram na escola já com um substrato mínimo que lhe será exigido. Uma possível solução provisória, já que não se podia alterar de imediato a correlação de classes, seria a de fornecer elementos que permitissem ao filho do trabalhador caminhar, o mais possível, em sua escolarização, auxiliando-o no seu trabalho, de aprender a cultura letrada de modo criativo e não alienante.

O programa de Educação de Piracicaba, não poderia se constituir somente como forma de suprir as

deficiências dos programas mantidas pela UNIÃO e pelo Estado. Teria que ir além. Teria que garantir o acesso à sociedade de milhares de pessoas subjulgadas pela ignorância que lhes era imposta. Aí, a preocupação com o conteúdo, eles se tornaram prioritários a partir do momento em que compreende-se que o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas.

A dificuldade da tarefa estava diretamente relacionada ao modo pelo qual o indivíduo seria auxiliado. Um conjunto de atividades <sup>que</sup> tornasse sua cultura original irrelevante, apenas faria aumentar sua dependência à cultura da classe dominante, impedindo-o de recriar os seus próprios elementos culturais e torná-lo incapaz de superar as contradições em que encontrava. Assim, a única medida possível era a que permitisse seu crescimento na cultura letrada para que entendesse sua própria cultura e encontrasse o caminho para a superação de sua situação de classe, para fazer valer os seus interesses. O esforço possível era no sentido de levar cada indivíduo a uma perfeita compreensão dos elementos mais significativos da cultura hegemônica, senão a atividade educativa teria pouca ou mesmo nenhuma contribuição significativa para o desenvolvimento social. Sabemos que, má qualidade de ensino aliada a má qualidade do produto nos restará sempre o distanciamento entre escola e comunidade, entre educação e cultura, entre civilização e progresso.

Havia que se propor uma compreensão

científica, uma compreensão dos resultados das experiências históricas para que se pudesse promover o desenvolvimento de uma consciência crítica que permitisse ao jovem, a criança, ao adulto, enfim aos indivíduos, verificarem quais os elementos de sua cultura de origem que impediam de estudar e compreender a racionalidade do mundo material e social. Uma disciplina de estudo, vista como um trabalho que permitisse perceber, a vinculação entre prática e teoria, que nos desse o caráter histórico político do conhecimento seria a única capaz de tornar o indivíduo, um cidadão capaz. "Isto põe em evidência que, ao invés de "especialistas" em determinada habilitação restrita, aquilo de que realmente estamos necessitando são de educadores com uma sólida fundamentação teórica desenvolvida a partir e em função das exigências da ação educativas na condições brasileiras. Este será o profissional capaz de enfrentar os desafios da nossa realidade educacional"<sup>(26)</sup>.

Ao concordarmos com SAVIANI, na proposta do técnico mais o político, varremos qualquer trabalho que viesse caracterizar um populismo pedagógico. Entendia-se por esse populismo pedagógico, uma reação ao autoritarismo dominante que pudesse acarretar a desestimulação à aquisição de novos conhecimentos pelos indivíduos, pelos alunos que pudessem se sentir prejudicados por professores que a

---

26 SAVIANI, D. Educação do senso-comum a consciência filosófica. p. 62.

pretexto de aprenderem com eles não transmitissem os conhecimentos que deles se esperam. Varriam com isso, todas as áreas de sua responsabilidade que não só a alfabetização, como também a matemática, a geografia, a história, etc. Os professores dos CEPEC'S, portanto, teriam que ter uma compreensão política da educação, aliada ao conhecimento científico, dando então, não uma visão mística, casual do mundo, mas sim uma visão crítica da realidade.

O trabalho pedagógico desenvolvido nos CEPEC'S, não partiam de teorias e métodos prontos, mas baseados em princípios de cientificidade, cooperação, solidariedade, criatividade, coletividade e liberdade de expressão.

Concluindo,

Nos CEPEC'S, não se queria:

- reproduzir a escola que ai esta, ou seja, a escola a serviço dos interesses de um grupo dominante dentro da sociedade que efetiva sua reprodução;

- que a criança ao conseguir frequentar a escola, não conseguisse aprender;

- a criança responsável pelo seu fracasso, se tornando conformada e conformista acreditando na sua incapacidade pessoal de vencer na vida, já que o veiculado é que sendo a sociedade igualitária, existem oportunidades para todos e que para vencer basta que o indivíduo se esforce;

- continuar participando do processo de ocultamento da realidade.

Para isso, valorizou-se muito o planejamento participativo, entendido como um processo político onde se parte para a construção do futuro de uma comunidade, ou seja, através de um processo coletivo com membros da comunidade e técnicos, monta-se a escola com um currículo social - extrai-se da comunidade seu cotidiano, sua dificuldade, as informações quantitativas feitas através de uma análise descritiva que podem ser enriquecidas com avaliações qualitativas da comunidade. Com isso, pretendia-se estimular a conscientização da comunidade com relação aos seus problemas, propiciar o desenvolvimento da criatividade na busca das soluções dos problemas, diminuindo o risco da descontinuidade do trabalho, já que a mesma é um problema sério em propostas como esta dos CEPEC'S. Acredita-se que isso ocorra devido a vinculação das políticas sociais a um processo maior da política partidária.

A experiência dos CEPEC'S, não era completamente conhecida - partia-se de pressupostos e princípios. Era algo não apreendido em todos os seus componentes. Esse não conhecimento, no sentido do não-acabado, parece ter sido um fator importante no processo de trabalho. No confronto com a situação concreta, no esforço de tentar entendê-la, é que esses pressupostos eram discutidos, incorporados, reformulados, transformados ou mesmo abandonados na medida em que expremiam ou não a experiência concreta que estava sendo apresentada para ser

entendida e apropriada. Esse pensar o novo, nos levou as condições concretas da História já passada e a que se estava fazendo, no sentido de algo mais adequado a nossa realidade.

##### 5. POR QUE CEPEC'S?

O Plano Municipal de Piracicaba não possuía uma estrutura voltada para a Educação. O que havia era a apropriação dos recursos obrigatoriamente por lei aplicados ao setor a uma Secretaria que se chamava de Educação, Saúde e promoção social. Os recursos (20% das transferências correntes orçamentarias) iam desde transporte de alunos na zona rural, assim como de professores, pagamento de merendeiras eventuais, prédios construídos agregados a conjuntos estaduais, manutenção de prédios escolares, merenda escolar supletiva. Fora isso, os desvios naturais como comprovantes que iam desde recepções disfarçadas pela merenda assim como suporte a esportistas e os clubes de Futebol. Ou seja, a Secretaria era muito mais uma peça orçamentária com pessoal burocrático próprio do que uma Secretaria socialmente envolvida com os cidadãos.

A preocupação que o aparelho de Estado Municipal estivesse envolvido com a Educação foi plataforma eleitoral de um dos candidatos na sub-legenda do MPB às urnas em 1976 através de um programa distribuído à população como PAC (Plano de Ação Comunitária) que se conheceria depois da vitória como PAC I e norteador das ações

político-administrativa do governo Municipal Eleito.

A primeira ação foi a desvinculação das Secretarias em si originando uma especialmente para o setor, enxuta mas ainda com pessoal do estabelecimento, chamada de Secretaria de Educação à qual caberia doravante a ação política do Governo Municipal na área social educativa.

Como o prazo no Governo de 4 anos (prorrogados por + 2 anos) não se podia ter a pretensão que a reforma administrativa seria acompanhada nos ganhos com a mudança do pensamento político dos quadros envolvidos. Assim é que enfeitamos os gastos orçamentários na Secretaria em si enquanto criou-se um Programa Municipal de Educação com uma gerência.

Este programa como diz o seu nome era maior que a Secretaria pelos seus objetivos e menor do que ela nos seus meios.

Assim ele possuía o objetivo político de buscar um contato com as massas do seu processo de libertação e contava com os recursos do aparelho de Estado como um todo desde sua peça orçamentária, assim como um conjunto de burocratas, leis, especialistas, máquinas e até a boa vontade. Os da máquina tradicional não viam os seus privilégios adquiridos em perigo e nem tampouco viam-se ameaçados de extinção. Para eles corria o perigo de que atingida alguma meta, havia o perigo de verificar sua inutilidade. Desse modo, verifica-se, que a tarefa oficial não tem fim, elas buscam sua sobrevivência porque está é a

garantia dos funcionários - trabalho por metas.

A gerência não, porque ao se trabalhar por objetivos, (aqui entendidas como a elevação do grau de consciência política das massas), o processo permanente que não se basta pelo seu fim porque a liberdade não existe em si mas na sua contínua preservação.

Desta forma, surgem os Programas Sociais do Governo do qual a Educação é um deles.

Objetivada a reforma administrativa e conjugada pelo Plano Municipal de Educação (PME) à ação política, tínhamos que materializar a proposta educacional.

Assim as providências exigidas vão desde a instalação efetiva de uma merenda escolar assim como a contratação de edifícios próprios e funcionários específicos.

Pode-se-ia ampliar sobre a merenda, contratação e escolha dos agentes da educação, mas o fundamental foi a existência dos CENTROS POLIVALENTES DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEPEC'S.

Primeiro porque precisavamos viabilizar a nossa proposta orçamentariamente e a lei proibia a aplicação dos recursos em creche, pré-escola e companhia limitada. Pelo regime, apenas poderiam ser aplicados no 1º grau. Aí, começou-se os chamados "desvios legais" para que se pudesse avançar que vão desde a escolha do nome - Centros Polivalentes de Educação e Cultura - para os prédios porque assim os incluíamos nas verbas acessíveis. Escolheu-se construir os prédios porque como dizia HERRMANN - prefeito

na época "se até os jesuítas ao nos aculturarem antropológicamente há quase 500 anos deixaram aqui seus templos, nós deixaremos ali nos bairros nossos vestígios da civilização e da sociedade que gostaríamos de resgatar e construir"<sup>(27)</sup>.

A aplicação dos recursos legais foi feito sob auditoria do Tribunal de Contas e várias foram as vezes que prestasse contas por estes atos não apenas ao tribunal de Contas, mas também à oposição na Câmara de Vereadores Locais. Aplicações <sup>em troféus e oferendas nas administrações</sup> passadas nunca foram inviabilizados, agora em Educação desde o nascedouro do cidadão o era, coisas da vontade política de uma nação submetida a um regime discricionário.

Após resolvida a questão não fácil das escolhas das prioridades até a eleição, dos terrenos e suas plantas de edificação num processo onde a comunidade já começava a participar, restavam as questões dos recursos.

Por mais e melhor que se desejasse, eles eram escassos mesmo porque, não era a única atividade do Governo e todo o desejo social ao se transformar em direito político do cidadão exige uma fornalha financeira que não se dispunha..

O próprio corpo oficial e tradicionanl da Prefeitura Municipal de Piracicaba, já oferecia resistência

---

27 Entrevista realizada com ex-prefeito João Herrmann -  
Abril/87.

à esta aplicação indiscriminada que colocavam nos projetos sociais. vencer as resistências externas do regime exigia vontade política, mas muitas vezes resistência interna exigia resignação e alianças sem que os princípios fossem negociáveis.

Quanto mais escasseavam os recursos tanto os da receita própria, como os externos, mais defrontávamos. que estávamos certos porque a classe dirigente local e o corpo estadual e oficial começavam as retaliações inviabilizando pagamento de impostos e denegando empréstimos e até manipulando índices de ICMS.

Aí, começaram como coloca o prefeito JOÃO HERRMANN, as "corrupções sociais - os CSs". Os programas existentes a nível federal eram sempre voltados para a reprodução do capital - vias públicas, edifícios, super-estruturas em terrenos que se valorizariam e nunca para os interesses dos cidadãos e da sua dignidade de vida.

Desta forma a maioria dos empréstimos, tomados no governo Federal foram para um fim aplicados totalmente em outros. Ex: Projeto CURA (Comunidade Urbana de Recuperação Acelerada). Era o que se chamava de CS (Corrupção Social). Os serviços de asfaltamento por exemplo, eram feitos pela empreitaria pagos pelos proprietários diretamente e os recursos que vinham do Governo Federal eram voltados para os programas sociais.

Assim começaram a surgir nos bairros os CEPEC'S-  
Unidade educacionais de resgate da cidadania financiados

pela vilania do regime autoritário.

Pode-se dizer, que pelos vãos dos dedos da bota militar começavam a fluir os recursos financeiros para as edificações com finalidade social.

Os CEPEC'S, acabaram como só poderia acontecer, simbolizando o Programa, porque ali frequentava e vivia o seu objeto que passava a viver o seu correto papel de sujeito da História. As agressões para que eles não surgissem foram grandes, mas maiores eram as expectativas dos seus frequentadores que viam ali seu papel de atores e platéia se confundirem entre comunidade, agentes da educação e governo.

Segundo o prefeito JOÃO HERRMANN "quando o primeiro ônibus ostentou no seu letreiro frontal o destino CEPEC, o povo deixou de ter cara e passou a ter face, fronte, testa e nome cujo apelido até ontem era povão e se rebatizava como cidadão."<sup>(28)</sup>

## 6. CEPEC'S: PONTO DE CONTATO COM O POVO

Talvez o ponto mais importante que tenha contribuído para que se caminhasse rumo a um sistema democrático de administração participativa foram os canais de descentralização de poder criados na Administração

---

<sup>28</sup> Entrevista realizada com ex-prefeito JOÃO HERRMANN -  
Abril/87.

Municipal de Piracicaba, São Paulo.

O ponto de partida foi o pressuposto da inexistência de uma estrutura organizacional eficaz no Brasil. Uma estrutura que permitisse obter mais e melhor educação com os recursos disponíveis, assim como uma reforma administrativa, nos métodos, na organização e funcionamento do sistema escolar e, sobretudo, criando nos administradores valores e atitudes para a mudança e inovação.

SAVIANI coloca que no Brasil, agimos como se o sistema e a estrutura educacional existissem adequadamente e como se eles estivessem organizados e funcionando satisfatoriamente. "Por isso, a formação dos educadores <sup>está</sup> toda ela voltada para a microeducação. Não se sente uma preocupação maior com os problemas da macroeducação. Os cursos normais preparam pessoas para atuar nas escolas tal como elas estão organizadas. Os cursos de pedagogia (e agora as faculdades de Educação) preparam elementos para atuar também na organização escolar, encarada esta como um dado prévio. Não se cogita da formação de elementos capazes de enfrentar o próprio problemas da organização, dos seus objetivos, da sua adequação as necessidades reais do povo brasileiro."<sup>(29)</sup>

---

<sup>29</sup> SAVIANI, D. Educação brasileira: Estrutura e Sistema, pg. 5.

"O ajustamento entre educação e sociedade é visto principalmente em termos de introdução de uma administração mais dinâmica e racional: a imprescindível revolução no ensino deve começar pela sua administração, afirma ARROYO"<sup>(30)</sup>.

Para esse autor, parece ser de fundamental importância esclarecer que, "o próprio sistema escolar é responsabilizado pelos problemas crônicos que o afetam, por estar irracionalmente administrado. A dimensão política deste quadro clínico está dando ênfase a irracionalidade administrativa do sistema, desvia-se consciente ou inconscientemente, a atenção dos fatores estruturais, verdadeiros responsáveis dos fracassos da escola. Oculta-se que a organização da produção, a divisão técnico-social do trabalho, a distribuição da riqueza e do poder em uma sociedade são fatores condicionantes da distribuição dos recursos educacionais, condicionantes da distribuição dos recursos educacionais, da quantidade, qualidade e nível de educação que pode ser atingido em cada grupo social"<sup>(31)</sup>. Há que se ter a clareza que vivemos numa sociedade desigual e que portanto, a educação será distribuída desigualmente tanto em qualidade e quantidade já que acompanha o sistema

---

<sup>30</sup> ARROYO - Educação e Sociedade in Administração da Educação, Poder e Participação, pg. 37, n. 2.

<sup>31</sup> ARROYO, M. Educação e Sociedade, n. 2., 1979, in Administração da Educação, Poder e Participação, pg. 38

sócio-econômico.

Segundo ARROYO, ainda, "a introdução no sistema escolar dos mecanismos da lógica administrativa que predominam nas empresas modernas, pode ser analisada em outra dimensão. Podemos refletir sobre a vinculação entre administração e algumas das áreas centrais da política: Poder, Estado, Liberdade, Participação. Esta vinculação torna essencialmente política qualquer teoria e prática da administração ... A administração tem sido vista como o exercício do poder por intermédio de um quadro administrativo, que atua como elemento mediador entre os que detêm o poder de decisão e os súditos..."<sup>(32)</sup>.

A administração Municipal de Piracicaba, tendo consciência de toda a vinculação entre educação e contexto sócio-econômico-político, administração burocrática e sociedade de classes; buscou formas alternativas de administração que fossem coerentes com sua posição ideológica de ver a função administrativa como mediadora entre as camadas subalternas e o poder, visando a transformação social.

Como então assegurar um processo administrativo que descentralizasse o poder e assegurasse uma ação coletiva?

Em primeiro lugar, foi dotada uma estrutura

---

<sup>32</sup> Ibid., pg. 39.

informal\* . A forma como a máquina existia e seu organograma não eram levados em conta. O importante era se ter claro<sup>o</sup> que e para quem servia. Se trabalhava por objetivos nos quais valiam as metas a serem atingidas e os valores humanos e materiais que se dispunha para o trabalho. "Aonde não existia uma estrutura, criavam-se programas específicos que eram dirigidos por gerências próprias (vide ex<sup>o</sup> CEPEC'S)". Essa era a decisão política da administração - mudar a atuação das Secretarias de forma a que se pudesse politizar os quadros que nelas trabalhavam, fazendo-os entrar no processo popular. Entretanto, como a estrutura é uma cópia da máquina burocrática na qual se transformou o Estado Moderno, corria-se o risco de que "como a secretaria é órgão administrativo e não se extingue, os seus quadros vão criando novas metas para que se justifique a existência de seu trabalho e possam mostrar serviço. Assim as Secretarias não perseguem objetivos mas são reprodutoras de suas funções. Não raro criam rivalidades e duplicidade de funções além de competirem para se verificar quem é mais forte e quem detém mais poder dentro da máquina.

O povo fica fora, seus anseios não são importantes. O fundamental é que os donos dos cargos se protegem. Não é a toa que os secretários buscam inaugurações e comemorações onde os cartolas municipais possam

---

\* Vide Anexo II.

comparecer. A presença a elas passa a medir o prestígio e a eficiência de cada um. Esta estrutura viciada leva a disputas estéreis e tremendamente prejudiciais à população. Exemplo disso se faz sentir a tal ponto que quem tem a máquina não empresta a outro. Cópias só se tiram para uma secretaria, a outra que se vire. Máquinas complexas e caras são compradas em dupla, triplicidade e ficam ociosas. Cada um quer ter o que o outro tem. Cada um quer fazer o que ele, detentor do cargo quer (...). Contra isto houve a criação dos programas e suas gerências como antídoto à máquina inoperante pois a estrutura informal quebrou a rivalidade das funções e unificou pelos objetivos. Estabece-se as metas a serem atingidas e que depois de obtidas são extintas. Não se criam cargos. O necessário é um quadro técnico-político e uma escrivãzinha. Dali se requisitam e se somam os recursos existentes em toda a administração e a máquina se põe a executar, tudo obedecendo ao que a população organizadamente encaminhou. Não há que ter paixões ou estrelismos porque que cobra é o povo e não o prefeito (...). Enfim o que os programas específicos e a estrutura informal nos mostraram é que ficava muito mais ágil atingir desta forma os objetivos. As operações se racionalizavam e cobrava-se coletivamente a respostas da administração. Evidentemente que através disto o custeio é muito mais barato e evita-se o empreguismo. Também fica evitado o (protecionismo e o carreirismo). Não há como se proteger alguém sem que se coloque em risco o programa. O instinto de

preservação fala mais alto. Outro objetivo alcançado de imediato é que o programa, ao contrário da Secretaria, não se perpetua mas se extingue alcançada a meta. Desta forma não há como se fazer carreira falsa. Inexistem os cargos criados para abrigarem determinadas figuras ou as clareiras provocadas para promoções prática comum ao funcionalismo. As pessoas dos programas eram aquelas que se sobressaíam pelo seu comportamento técnico e político"<sup>(33)</sup>.

"(...) Segunda outra necessidade, esta formal, que se regia pela apresentação dos balancetes, prestação de contas, rubricas e outros nomes complicados ou não do orçamento municipal, exigidos pelos tribunais da ingloria vida. Praticamos a intervenção. Como havia a necessidade de se empenharem verbas para que as obras se realizassem e necessário se fazia a comprovação destas despesas, criamos uma estrutura administrativa formal (ex: Secretaria da Educação) que vigorou por toda a administração"<sup>(34)</sup>.

Em segundo lugar foram estabelecendo diretrizes precisas que pudessem respaldar essa nova estrutura organizacional de Educação da população:

"1.) - Os bens e serviços sob a responsabilidade das administrações locais relacionam-se de forma estreita com

---

<sup>33</sup> HERRMANN, J. Democracia feita em casa II., pg. 108.

<sup>34</sup> Ibid. p. , 109.

interesses das classes sociais e suas subdivisões;

2.) - a participação da comunidade, através de suas organizações, no processo de realização de bens e serviços, representa condição necessária para que as transformações da cidade ocorram segundo os interesses das grandes massas;

3.) - para que os interesses sociais e necessidades da maioria da população sejam prioritários no trabalho administrativo local, é preciso que o processo de decisão e de realização dos bens e serviços sejam considerados, de forma permanente, como meios para promover a mobilização, a organização e a conscientização política da comunidade, ou seja, do papel histórico que esta exerce na definição e encaminhamento do seu próprio destino;

4.) - as exigências técnicas e as determinações de natureza política do governo, coerentes com a opção de compromisso com as classes populares, devem caminhar de forma entrosada, de maneira que essa determinação política, originada da vontade popular, encontre sua viabilização no trabalho técnico"<sup>(35)</sup>.

A partir do acima colocado, pode-se considerar o poder, como a capacidade de tomar decisões que comprometem a comunidade.

Numa dada comunidade, o poder está organizado sob a forma de um conjunto de papéis; de atitudes que são

---

<sup>35</sup> Piracicaba (cidade), S. P. (Estado) - Câmara Social, p. 2.

inerentes; de relação que existem entre eles; das condições que devem cumprir os indivíduos chamados a desempenhá-los; como esses indivíduos são designados e renovados; e os procedimentos mediante os quais podem ser modificados os papéis de um mesmo sistema. Portanto, numa comunidade, cada membro é chamado a exercer um papel no sistema de poder. Assim há o papel de cidadão submetido as leis do Estado; há o papel de eleitor; o do profissional, etc. O papel confere uma legitimidade ao poder.

O poder e o bem comum no sentido coletivo é uma troca. Para o entendimento de troca, há que se considerar a comunidade no seu todo, como uma entidade com existência própria, com sua própria evolução e seus próprios fins. Os aspectos formais do bem comum estão relacionados às condições funcionais que permitem a comunidade manter a sua existência.

LADRIERE<sup>(36)</sup> considera: a estabilidade, a integralidade, a adaptação e a criatividade como sendo condições funcionais da comunidade. A estabilidade correspondendo à capacidade de superar de forma durável as tensões internas da comunidade; a segurança como sendo, uma condição de independência, aquela que assegurará ao grupo se defender dos perigos que os afronta; a integralidade, como a que conciliará as tendências; as concepções e os interesses

---

<sup>36</sup> LADRIERE, J. El Poder en el Estado Moderno.

particulares de tal forma que se possa levar adiante a ação coletiva em conformidade com ação conjunta e segundo um programa definido; a adaptabilidade, como a atitude para resolver problemas novos, para voltar a encontrar o equilíbrio frente às tensões ou novos desafios; e por último, a criatividade, como a atitude para projetar-se o futuro, para colher ativamente seu destino e orientá-lo sempre para novos destino e orientá-lo sempre para novos caminhos, sem deixar de levar em conta os riscos que ele comporta, assim como a inércia que marca sobremaneira toda a coletividade.

Com isso posto, o autor parece querer dizer que a instalação de uma verdadeira comunidade só se dá a partir do momento em que os indivíduos se encontram, pois reconhecem uns aos outros na sua verdadeira realidade humana, ou seja, em sua dignidade e liberdade como cidadão.

Como fazer acontecer essa liberdade?

Como fazê-los tornarem-se cidadãos?

Anteriormente a 77, não havia, em Piracicaba, organização efetivamente populares. O que existia, na verdade, eram alguns tipos de associações que funcionavam apenas na defesa de interesses e de instituições de cunho assistencialista. Porém, não havia nenhum movimento que lutasse por benefícios e obras que afetassem a vida do indivíduo no seu dia-à-dia; tais como: moradia; esgoto; luz; transporte; ou seja - os direitos fundamentais do cidadão.

No final do Governo 75/76, a Secretaria de Obras<sup>(37)</sup>, começa a equipar os bairros para que as pessoas pudessem ter um local de aglutinação. O objetivo era somente equipar fisicamente os bairros e nada mais "O que existiu até 76, foi a concentração de recursos que antes iam pura e simplesmente para obras viárias, para um início de equipamento físico onde a população pudesse ter as suas práticas num mínimo de lazer, satisfeitas. mas, não havia nada em termos de organizações populares, nada que tivesse um fulcro das insatisfações populares"<sup>(38)</sup>. Pode-se, portanto, inferir, que as pessoas não procuravam os Centros Comunitários para manifestar os seus anseios de mudar de vida, mas o procuravam como um local para jogar bola, truco, etc.

Havia, nesse momento, em Piracicaba, uma classe operária que vinha de Santo André, São Bernardo e Sto. Amaro. Era um classe operária nova atraída pelo desenvolvimento industrial do município. O ajuntamento dessas pessoas nos bairros periféricos da cidade trazia uma aglutinação de novos interesses. Esses operários aglutinavam-se nos bairros periféricos da cidade, trazendo em sua bagagem uma vontade de aqui fixar-se em condições satisfatórias o que os fazia a ter novos interesses.

---

<sup>37</sup> Cujo Secretário de Obras era João Herrmann Neto.

<sup>38</sup> Entrevista realizado com o ex prefeito Jun/Nov. 88.

Quando a nova administração toma posse (1977), encontra uma parcela da população já modificada, com anseios específicos.

Essa administração inicia, então, um processo de discussão com a população, o que a faz enxergar suas péssimas condições de vida. Esta começa a questionar o porque das diferenças gritantes entre o centro da cidade e a periferia. Ou seja:

- Por que o centro da cidade era asfaltado?
- Por que no centro da cidade não havia lixo?
- Por que no centro da cidade havia linhas de ônibus?
- Por que nos bairros onde viviam nada disso existia?
- Por que suas reivindicações não eram atendidas?

A partir dessas constatações, a administração inicia uma série de reuniões nos bairros, onde o local em que elas se realizavam era o menos importante, como dizia um dos assessores "ora era um salão de festa, ora um salão de igreja, ora debaixo de um poste com luz". O importante era a

população começar a sentir a necessidade de se movimentar. Este parece ter sido o primeiro fator importante para a Mobilização. Era importante que a população passasse a conversar sobre alguns de seus interesses como luz, asfalto, creche, posto de saúde, habitação, transporte, etc.

Instalado esse primeiro movimento, começaram a se formar as primeiras comissões de bairros e para todas se colocava a questão da necessidade da existência de um centro comunitário, ou seja, um local onde a comunidade pudesse juntar-se. Portanto, Centro Comunitário era o local físico onde as pessoas "despejavam" suas insatisfações, criavam as comissões e brigavam pelos seus interesses, pelos seus direitos. Era, enfim, a base física implementada pelo Governo para que nela, os habitantes da periferia se concentrassem, se mobilizassem, se organizassem, elevando seu grau de consciência política e fizessem dos Centros Comunitários, das organizações populares, uma força a direcionar o Governo Local. (Sabe-se que a composição das forças da cidade é que dão a resultante chamada de poder local. Portanto, o que se queria era que essa força nova ganhasse cada vez mais espaço junto ao Governo Local).

Nos Centros Comunitários, as pessoas se interessavam por discutir esporte, saúde, educação e se aglutinavam formando as Comissões dos Bairros.

Como a administração não podia atender a todas as reivindicações apresentadas, as discussões via Comissões, Centros Comunitários, iam orientando a implantação dos equipamentos nos bairros.

Essas comissões não se esgotavam em si próprias, pois a luta pela conquista de melhoria de condições de vida de um cidadão, não se esgota jamais. Elas se tornavam dia-a-dia, o embrião das organizações populares.

À medida que ocorria, o fortalecimento dessas organizações populares que se utilizava da realização dos bens e serviços para esse objetivo, a participação da comunidade tendia a chegar a nível de decisão, não se limitando, apenas, a dar soluções a reivindicações isoladas fora das organizações representativas das comunidades.

Em pouco tempo tínhamos uma cidade que fervilhava em angústias por, cada vez mais, compreender em que estado de miséria seus habitantes de baixa renda vivia, e de alegria pelo entendimento que começavam a ter de como funcionava a máquina administrativa, mas sobretudo, pelos

avanços alcançados na sociedade, através das conquistas que obtinham enquanto cidadãos.

"O conceito do termo "conquistar" ganha maior profundidade do que o simples entendimento da conquista como resultado de ganhos de bens e serviços através de movimentos que se esgotam após a vitória.

Conseguir bens e serviços, necessários à melhoria das condições de vida da comunidade, é condições necessária para que as grandes massas sejam mobilizadas, organizadas e conscientizadas. Porém a conquista, em seu sentido mais profundo é aproveitar todos os momentos desse processo, desde o início. Com movimentos de pressão ou não, passando pela fase de implantação e, finalmente, durante o funcionamento do equipamento, quando for o caso"<sup>(39)</sup>.

Nesse processo é que a comunidade discutia a instalação dos equipamentos a ser implementada nos bairros. A grande vantagem era que, como os bairros passavam a ser organizadas, todos podiam se sentar juntos para debater. Por exemplo, quem vivia na Vila Cristina, quem vivia no Algodual, na Vila Fátima, no Piracicamirim, em Santa Terezinha, enfim, todos aqueles que viviam na cidade definiam-se em conjunto a direção dos recursos municipais para os lugares onde os benefícios ainda não haviam chegado. Foi como ocorreu, por exemplo, com as instalações dos

---

<sup>39</sup> Piracicaba (cidade S. P. (estado) - Camara Social, p. 3.

CEPEC'S - Centros Polivalentes de Educação e Cultura, e aí vale ressaltar, que esses, uma vez instalados, passavam a pertencer a comunidade.

Era importante que a comunidade acompanhasse, através das comissões ligadas às organizações populares, todo o processo de implantação dos bens e serviços e continuasse com essa participação após a implantação do equipamento, procurando decidir sobre o funcionamento dos mesmos.

Os CEPEC'S, serviam de polos aglutinadores das pessoas, que aí manifestavam seus descontentamentos. Nos CEPEC'S, as pessoas eram empulsionadas a fazer isso; eram induzidas a se manifestarem contra o Stablishment, ou seja, contra aquilo que estava acontecendo porque era lá, nesses programas que se encontravam os agentes ideológicos fundamentais ao processo de conscientização.

No que se refere a atuação dos CEPEC'S no processo de elevação do grau de consciência política da comunidade ressaltamos que este equipamento deixou de exercer seu papel somente de escolarização, para caminhar num movimento maior na sociedade - era a escola que passava a ter um currículo social, trazendo para dentro de si, todos os movimentos que existiam na sociedade. Criam-se nos CEPEC'S, os Conselhos pedagógicos e de Avaliação - os CPs e

CAs<sup>(40)</sup>, numa tentativa de trabalho conjunto com a comunidade. Suas finalidades eram duas:

- em primeiro lugar, debater os problemas relevantes do dia-à-dia, dentro da visão ampla do processo educacional, procurando interpretá-las em função das perspectivas histórias das classes populares;

- em segundo lugar, discutir intensamente conceitos teóricos, a partir de exemplos práticos, possibilitando, com isso, o entendimento das leis que regulam o movimento da sociedade, considerando-se, basicamente, os interesses

<sup>40</sup> CONSELHO PEDAGÓGICO: formado pelo Secretário da Educação, coordenadores do Plano Municipal de Educação e diretores de cada CEPEC. Era a instancia primeira do processo de tomada de decisões, de elaboração e encaminhamento de propostas; da implantação e orientação para o desenvolvimento dos vários programas previstos; da integração da Secretaria com outros organismos da Administração; da seleção, preparação e acompanhamento do desenvolvimento daqueles elementos da comunidade para a concretização do Plano Municipal de Educação; trabalho conjunto com o Conselho de Avaliação.

CONSELHO DE AVALIAÇÃO: formada pelo diretor, supervisor, secretário, um representante dos professores, dois representantes de monitores (1 do berçário e outro da creche), um representante da limpeza, um da merenda escolar e pessoas da comunidade.

A função do conselho: 1) suporte do trabalho do Secretário da Educação e da Equipe Pedagógica do Plano Municipal de Educação; 2) discussão e solução dos problemas internos da unidade e da comunidade tanto a nível do pedagógico, como do político.

sociais vigentes.

Consequência imediata desse trabalho foi o aparecimento de lideranças locais, capazes de levar mensagens que permitisse a elevação da consciência política da comunidade. As pessoas que dali saíam começavam a mudar o vetor do direcionamento do poder. Os pais, por exemplo, passavam a ter uma outra visão de educação. Já não participavam das reuniões diminuídos, oprimidos, mas iam com os instrumentos necessários para lutar porque aquela escola, por exemplo, era importante para o seu filho. O importante era, que essas pessoas que sempre estiveram fora, passassem agora a "alfinetar" o poder. Quanto mais participavam, mais a força chamada povo avançava.

Portanto, há que se deixar claro, que essas organizações populares nasciam dos Equipamentos físicos (Centros Comunitários, CEPEC'S, Comissões, etc.), mas não pelos equipamentos físicos.

Os CEPEC's foram, então, uma forma que a administração municipal encontrou para que se induzisse o povo a participar do processo. tanto é assim que nem todas as Organização populares possuíam Centros Comunitários. Chegamos a ter no final da Administração cinquenta e três organizações populares de bairro e nem todas em Centros Comunitários.

Esses canais de organização de poder da comunidade - "CEPEC's através de seus Conselho de Avaliação, Conselho pedagógico; os Centro Comunitários; os Postos de

Saúde; as Comissões de bairro; as Câmaras-Social, meio e fim"<sup>(41)</sup>, constituíam-se em mecanismos de descentralização de poder, retirando-o das mãos de uma minoria privilegiada e dividindo-o com a população. O "Conselho de Governo"<sup>(42)</sup>, instância maior do processo, concretizava a porposta. formava na verdade, o grande conselho político e a ideologia do político nos rumos da administração.

Eram esses locais, pontos irradiadores de ideologia para os bairros e, simultaneamente, auscultava-se os desejos da população, visando prepará-la para o processo político. Eram, também de certa forma, locais de irrigação das ideologias, de descentralização do poder, uma vez que as

41 **CÂMARA SOCIAL:** formada pelas Secretarias e coordenadorias da Educação, Saúde, Bem Estar Social e Habitação, mais as comissões a fins e Centros Comunitários.

Funcionava como instância maior no processo de reivindicações, avaliações, proposições e encaminhamentos de propostas e soluções dos problemas existentes.

**CÂMARA MEIO:** formada pelas Secretarias e coordenadorias relacionadas as finanças da Prefeitura, representantes da Comunidade (membros das Comissões a fins e Centros Comunitários). Funcionava mais como um órgão técnico do processo político. As discussões eram com relação as questões jurídicas e aos aspectos administrativos.

**CÂMARA FIM:** Composta pelas Secretarias, coordenadorias e programas vinculados a execução, ou seja, a obras, bens e serviços, mais as comissões a fins e Centros Comunitários. Alí, se discutiam as obras prioritárias a serem instaladas nos bairros e na cidade.

42 **CONSELHO SUPERIOR DE GOVERNO:** funcionava como uma sociedade organizada tutelando o Estado. A finalidade era anular, a nível local, a representação das minorias privilegiadas da população.

Para esclarecimento detalhado sobre sua composição, ver ANEXO II.

decisões e encaminhamentos de propostas se processavam no coletivo.

Por que isso?

Porque se acreditava que não adiantava ficar falando, por exemplo de Educação, no gabinete ou dentro da Secretaria. Era preciso criar uma nova mentalidade política na população e, para tanto, tínhamos que estar onde a ideologia "pegava" o povo, ou seja, nos pontos de contato com o povo. Dessa maneira, os CEPEC's, os Centros Comunitários, as Comissões, os Postos de Saúde, entre outros, constituíam-se nesses, os pontos de contato com o povo.

Se havia esse movimento no sentido de impulsionar a população para um processo de consciência crítica, o mesmo era dialético: o governo municipal primeiramente ouvia os anseios e expectativas da população discutindo-as em várias instâncias e a partir desses contatos com a comunidade, planejava, executava e implementava os projetos, as políticas, as obras. Em contrapartida, essa mesma administração mantinha expectativas em relação ao acolhimento de suas ações, daí voltar-se, novamente, ao encontro das populações para saber como estas haviam recebido essas mesmas ações e, sobretudo em que medida elas haviam contribuído para o processo de aquisição de consciência crítica e para o processo de mobilização das camadas populares. Por exemplo, na Educação, interessava-nos saber como estas entendiam e que importância atribuíam ao

fato de não se buscar professores habilitados para o CEPEC's, mas sim pessoas do próprio bairro, mediante concurso público.

Esse entendimento vinha pelas Câmaras. O que se tinha era um "norte ideológico"\* . Os "desvios" existiam e eram justamente as câmaras que nos forneciam os mesmos, principalmente a câmara social.

Portanto, quando se fala em descentralizar o poder, em descentralizar decisões, é preciso ler a clareza de que descentralizar não significa deixar de ter um local onde se tornam as decisões. Ao contrário, um governo jamais deve abrir mão de ter um núcleo de autoridade. O poder é indissolúvel, nesse sentido de núcleo de autoridade. Esse núcleo é que sofrerá maior ou menor pressão conforme for a sua relação com as forças populares. Por exemplo, se o núcleo de decisão só recebe as forças armadas, Rotary Club, empresários, grandes fazendeiros, empreiteiras entre outras, ele vai atuar com essas forças que chegam até ele, mas se esse núcleo de autoridade estiver permeável às forças populares, então, evidentemente, os estímulos serão diferentes.

Em última instância vale dizer que, quanto mais aumentava a força popular, cada vez mais era a garra da administração em atingir os seus objetivos.

---

\* Expressão usada pelo ex-prefeito JHN - durante sua gestão 77 a 82.

## CAPITULO IV

### METODOLOGIA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa de campo tais como: população, instrumentos de pesquisa e tratamento dos dados.

#### 1. POPULAÇÃO

A população alvo desta pesquisa constitui-se de Diretores Secretários, Supervisores, Monitores e Professores dos CEPEC's, Coordenadores do Plano Municipal de Educação, da Saúde, do Bem Estar Social, Ação Cultural, Assistentes Sociais e Presidente das antigas diretorias dos Centros Comunitários, Prefeito da Administração Pública do Município de Piracicaba, no período de 76 a 82.

De início, pensou-se em um estudo que pudesse abranger, o universo dos funcionários e comunidade. No entanto, questões de ordem prática, que envolvem tempo, mobilidade das pessoas envolvidas, recursos financeiros e

humanos, levaram a autora do trabalho a se decidir pela restrição do estudo a 10% da população alvo, que nesse período integraram o trabalho nos CEPEC's, perfazendo total de 30 sujeitos, sediados em Piracicaba, São Paulo.

Os Diretores, Supervisores, Secretários, Professores e Presidentes dos Centros Comunitários foram escolhidos aleatoriamente, nos bairros do Piracicamirim, Algodual, Vila Fátima, Paulicéia, Jaragua e Santa Terezinha.

Embora existissem, no final da Administração 11 CEPEC's, foram escolhidos apenas dois (2) de cada bairro, por ordem de implantação (1977, 1980, 1982) e randomicamente, de forma a se permitir uma visão mais global do trabalho e a etapa de desenvolvimento (de vida) em que se encontravam os CEPEC's e funcionários.

As tabelas abaixo apresentam o número de funcionários, Secretários, presidentes de Centros Comunitários, pesquisados em relação ao bairro e ao CEPEC onde atuavam.

Tabela 1

Distribuição dos sujeitos pesquisados por CEPEC e Bairros.

CEPEC's / BAIROS	FUNCIÓNARIOS
Piracicamirim	3
Santa Terezinha	4
Jaragua	3
Paulicéia	3
Vila Fátima	3
Algodual	4
TOTAL	20

TABELA 2

Distribuição dos sujeitos pesquisados por centros comunitários e bairros.

CEPEC'S / CENTROS CO-MUNITARIOS	PRESIDENTES
Piracicamirim	1
Santa Terezinha	1
Jaragua	—
Paulicéia	—
Vila Fátima	1
Algo doal	1
TOTAL	4

OBS. Inicialmente foi prevista entrevista com todos os presidentes, mas no momento da pesquisa nem todos foram encontrados.

TABELA 3

Distribuição dos sujeitos pesquisados por secretarias da Administração.

SECRETARIAS	SUJEITOS
Educação	3
Ação cultural	1
Bem Estar Social	1
Saúde	1
TOTAL	6

OBS. As secretarias de Educação, Ação Cultural, Bem Estar Social, Saúde, foram as escolhidas por estarem mais integradas ao trabalho realizado nos CEPEC's.

## 2. INSTRUMENTOS DE PESQUISA

### 2.1. Da Escolha do Instrumento

Optamos pela técnica de entrevista, por acreditarmos que:

1. o entrevistador pode explicar o propósito da entrevista e especificar mais claramente a informação que necessita, de forma a obtermos uma maior compreensão da veracidade, quanto a imagem que as pessoas tiveram e tem de determinado processo;

2. a flexibilidade com que os entrevistados podem responder as questões, pode levar o entrevistador a obter outros dados importantes e necessários para melhor entendimento do processo.

### 2.2. Da Elaboração das Entrevistas:

Fizemos anteriormente, um roteiro conforme anexo (ANEXO I) para as entrevistas, de forma a evitar que o entrevistador ficasse sem algum dado necessário à sua análise final.

As perguntas em número de oito(8) foram elaboradas, de acordo com os objetivos da pesquisa, conforme anexo (ANEXO I). Foram abertas, permitindo uma resposta livre, sem qualquer estrutura para as mesmas. O entrevistando pôde responde-las com sua próprias palavras e

com seu quadro de referência.

A apresentação das perguntas foram expostas a todos exatamente na mesma ordem, com as mesmas palavras assegurando que todos respondessem às mesmas questões.

O objetivo geral visado pela pesquisa foi o de detectar qual a visão que a comunidade, funcionários, secretários, tinham do espaço político criado nos CEPEC's, como mecanismos auxiliares do processo de Educação da Comunidade, no resgate da cidadania de cada indivíduo.

### 2.3. Coleta de Dados

As entrevistas foram realizadas ao longo deste trabalho.

Após a localização, por telefone e endereços de cada entrevistado pela pesquisadora-auxiliar, foram marcados horário e local para a realização das mesmas.

Fez-se uso de uma pesquisadora-auxiliar, uma vez que a autora deste foi, ela mesma, diretora de um dos CEPEC's, e, portanto envolvida no processo, podendo dessa forma, induzir respostas, causar um viés de informações, ou provocar, involuntariamente polêmicas desnecessárias com as entrevistas.

#### 2.4. Tratamento do Dados

As entrevistas como já mencionadas anteriormente, foram gravadas e a seguir mapeadas. A etapa seguinte, deu-se à tabulação dos dados, baseada no consenso de opiniões.

Foi realizada uma avaliação qualitativa já que o enfoque da dissertação desta tese preocupou-se em captar a qualidade política do trabalho, ou seja, em pesquisar o fenômeno participativo da sociedade, entre eles: organizações da sociedade civil (partidos, sindicatos, associações, comunidades, etc); formas participativas de planejamento do Município; universalização da Educação básica, no caso, os CEPEC's, como instrumento fundamental ao exercício da cidadania, cultivo da identidade cultural e conquista dos direitos fundamentais.

Alguns depoimentos dos entrevistados foram selecionados e reproduzidos de forma a clarificarem as conclusões da autora.

## CONCLUSÕES

O que este trabalho tenta demonstrar não é uma experiência de governo democrático municipal mas de que maneira um projeto de educação a nível popular e local pode contribuir para o desenvolvimento de canais de participação, para ampla mobilização de setores da sociedade e fundamentalmente para subverter a ordem vigente resgatando na comunidade o sentido da cidadania. O que se relata nesse trabalho a seguir é um momento da vida na cidade de Piracicaba, São Paulo, onde os munícipes que se encontravam até então marginalizados, aproximam-se do Poder pela via de um Projeto Municipal de Educação - CEPEC's que não somente os educa e aos seus filhos mas que, em aprendendo com eles a sua forma de vida, se responsabiliza por mudar a sua participação política no processo de mando de uma cidade.

Ao final do projeto mudou a sociedade e mudaram as pessoas que nele participaram. As conclusões se mesclam com depoimentos vivos que realçam o crescimento crítico e político de cada um dos envolvidos no processo

(ANEXO III).

Permanecem eles na comunidade - plenos, conscientes, construtores e agentes, certos de um dia terem se transformado em cidadãos brasileiros.

CEPEC - a escola cidadã supera a Escola do Estado, essa comunidade ilusória, que tende a impor, de cima para baixo, as soluções que só são concebíveis a partir de uma perspectiva unitária- a da classe dominante, e entra na comunidade, nos movimentos sociais da sociedade compreendendo as contradições dos vários tipos, indo no auxílio das camadas desprivilegiadas da população. " Pra todos foi muito bom, o trabalho do CEPEC. Houve melhoria de vida. A gente tinha muitas reuniões com a comunidade. A gente chamou a comunidade para dentro. Então, a própria comunidade punha coisas pra gente e a gente ajudava o povo, assim de meio de vida, de trabalho, de política, a saber brigar pelo direito dele. A gente discutia muito com o povo sobre isso e o povo gostava porque vivia com a gente." (1).

O CEPEC - a escola cidadã, vai além do atendimento do usuário, pais, alunos e corpo docente. Ao contrário, " a gente trabalhou muito Não era aquilo - eu vou trabalhar do meio-dia às 4- Ai a gente não tinha horário. A gente era direito, a gente gostava. Você vê, a gente não reclamava. A gente era contratada por 5 horas, mas nunca era só 5. Chegava a trabalhar 8 a 10 horas no dia e a gente não reclamava. Que dizer, era um bem pra gente a própria comunidade se sentia bem." (1)

"A participação, era em tudo. No portão, nos piolhos, em tudo. As pessoas gostavam de participar porque ali eles falavam do que estavam precisando, ou o que eles queriam que fosse feito no bairro e assim por diante." (2)

"Pra gente, era a própria realização nossa, porque enquanto pessoa, a gente via as pessoas mais integradas com as coisas, vivenciavam o trabalho. A gente gostava do que estava fazendo. A gente via a melhora das crianças e isso contribuía para a melhoria de vida delas. A gente trabalhava de sábado, de domingo, fazia festinha pra melhorar o CEPEC - e não achava ruim. Acho que isso não acontece muito por aí. É dar dez para as onze e as pessoas estão indo embora, pica o cartão e vai embora - é o próprio funcionário público. A gente não tinha isso. A gente via aquelas crianças indo pra escola buscar os irmãos, e a gente ia nas casa conversar. Quando acontecia alguma coisa com a criança, a gente ia conversar nas casas. Se a mãe só vinha lá de noite, a gente ia lá de noite." (3)

CEPEC - a escola cidadã, é aquela escola que articuladamente, desarticula o papel do Estado, ao tomar de assalto os terminais de Educação do Estado.

"Aqui no bairro foi feita pesquisa. Foi feita pela organização do povo que realmente tava querendo bastante e o prefeito ajudava muito, tanto é que começou com ele. Mas, foi assim, o povo pediu em conversas, em reuniões de bairros." (4)

"O Centro Polivalente de Educação e Cultura, significava isso: envolver a comunidade. Então, de maneira, que a gente aproveitava esse objetivo, de ter a criança lá dentro, é envolver a comunidade toda no processo político da cidade. O CEPEC, desde o início, procurou incentivar a formação de comissões." (5)

"O equipamento (CEPEC), já existia fisicamente quando eu fui selecionada por uma equipe pedagógica. A implantação do CEPEC, foi feita através de comissões, porque na época, existia comissões de saúde, de educação e a própria população, através das suas necessidades, reivindicação de uma creche. Eu não tive participação na implantação. Foi a própria comunidade que lutou para que ela existisse." (6)

"A gente conseguiu fazer um estatuto da APM. Durante os nove meses de treinamento, já começou uma participação ativa, além da parte teórica. A gente tinha a parte prática dentro do bairro. Então, de visitas às famílias, que fizeram as inscrições. Foi muito bonito a eu nunca esperava. Quem não tinha noção do que era a vida do operário, ficou bem claro. A gente encontrava crianças sozinhas, nas casas, queimadas porque tinham de passar roupa, esquentar a alimentação, porque as mães saíam para trabalhar, não tinham vizinhos que olhassem, não tinham uma avó, não tinham ninguém. Encontramos um dia, uma criança com um prato de arroz e uma colher de massa de tomate como mistura. Então, aquilo eu nunca mais vou esquecer. Quando

encontrava os pais, era muita falta de higiene. O CEPEC ia ser algo importante na vida daquelas pessoas.. A gente tinha bastante contato com a comunidade. Daí, quando começou o trabalho, as comunidades se organizavam, porque foi feito pelo prefeito na época, na parte de Educação Complementar, um salão sem divisões para sala de aula, e nós tínhamos quatro turmas, então teria que ser dividido. Os próprios pais se reuniram com os professores e foi feito o trabalho. Eles fizeram as divisórias, pedindo papelão.

Teve uma época em que houve muita desavença entre os políticos. Tinham aqueles da linha que queriam acabar com o plano, tinham aqueles que lutavam pelo plano e nós tivemos que nos decidir e lutar para que o CEPEC acontecesse. (...) Se tinha chegado até aquele ponto, a gente ia ficar do lado da comunidade independente de quem ganhasse a luta." (7)

CEPEC - a escola cidadã, não utiliza os mecanismos autoritários na sua forma de Administração.

"Todas as necessidades nossas aqui do bairro eles participavam. Os vereadores, o João, tava com a gente aqui. A gente tinha, como se diz, mais acesso, porque ele também vinham até nós. Ele não era aquela pessoa diferente, era de igual. O relacionamento com os pais, a gente, a comunidade era ótimo. A gente se reunia, fazia abaixo assinado e ele veio ver o problema. Em prazo de pouco tempo, o asfalto foi conseguido. Isso foi movimento da comunidade e o João foi chamado pra aqui. Ele veio, participou de reunião

aqui com a gente de igual para igual." (8)

"Tinha o Secretário da educação, os seus assessores que eram formados pela equipe pedagógica, o diretor e os funcionários do CEPEC. Teve um momento assim que, apesar da gente estar num equipamento, no Centro Educacional e das decisões a serem tomadas em conjunto, a gente sentia que (isso no começo), a equipe era um pouco autoritária. Como a gente já estava engajada no processo estava vivenciando aquilo na prática junto com os pais e funcionários, a gente achava que as decisões deveriam ser tomadas não só a nível de diretores e funcionários, mas que a gente deveria estar participando também das decisões, porque a gente sentia que as coisas vinham um pouco de cima para abaixo. Como nós, os diretores, estávamos muito unidos no trabalho, pois existia uma filosofia única, aos poucos a gente foi colocando isso para a equipe e chegou um momento em que foi formado um conselho, onde participava, o secretário, a equipe pedagógica e mais os diretores. Então quer dizer, que as decisões, não vinham mais de cima para baixo. Esse conselho existia mais para coisas gerais. Então tinha o Conselho Pedagógico e na unidade educacional, nós tínhamos o Conselho de Avaliação que era formado pelo diretor mais 2 funcionários de cada equipamento eleito pelos funcionários. Então, nada mais era feito de cima para baixo realmente. Acho que foi o momento mais democrático que a gente vivenciou no CEPEC. Então a gente discutiu no equipamento, que era esse conselho de avaliação e levava

para o Conselho Pedagógico e aquilo voltava. Então, as decisões eram tomadas todas em conjunto e passaram a ser, não que não fossem, mas passaram a ser mais democráticas, a comunicação inclusive, ficou dependente. A gente participava realmente de todas as decisões." (7)

"A concepção pedagógica foi de cima para baixo. Havia uma equipe de educadores que elaboraram o modelo. O prefeito adotou politicamente esse modelo e ele foi implantado. O que teve uma grande participação da comunidade, foi no início com relação a construção; na forma de participação na sua construção; na forma de se fazer o concurso, nos critérios, as pessoas que deveriam, trabalhar nesses CEPEC's; os critérios de seleção, de abertura de vaga. Então você teve em alguns bairros uma efetiva participação da comunidade, principalmente na gestão, na fiscalização do seu funcionamento. Então, os critérios para que uma criança fosse matriculada na creche eram estabelecidas pela comunidade. As comunidades mais organizadas como Fátima e Sta. terezinha a coisa foi muito mais dinâmica. Em outros bairros como Matão e Vila Independência não havia uma grande participação da comunidade. Então, houve ali, até um processo indutor para que durante um certo período a comunidade tivesse uma participação um pouco maior. (...) Eu passava a maior parte do tempo conversando com a associação de moradores, com os Centros Comunitários, com os professores, monitores, com os pais, com as mães e isso deu frutos significativos. Eu posso

citar um exemplo, do CEPEC do Caxambu. Ele não teve uma boa localização, um bom planejamento. Era um bairro pequeno e a dimensão da planta foi excessiva. Então o bairro necessitava de berçário, creche e pré-escola. no entanto, o bairro prévia educação complementar e no bairro não tinha escola. Então, a comunidade reivindicava uma escola dentro do CEPEC, que se cedesse o prédio municipal para fazer escola e a equipe pedagógica da Prefeitura resistia e eu como Secretário, era Secretário da Educação, não era só Secretário do CEPEC. A equipe pedagógica era encarregada do CEPEC, eu era o Secretário do Município. Eu, depois de muitas reuniões com a comunidade, e assembléias acabei decidindo pela comunidade e cedendo as salas de aulas da Educação Complementar para implantar a escola estadual de do 1º grau da 1ª a 4ª série. Isso aconteceu em 1981 e até hoje funciona as classe do estado. Somente em 1989, é que o estado está terminando de concluir a escola definitiva no bairro. Portanto, em 1990, o bairro terá a escola do bairro e educação complementar ali do lado. (...) A autoridade máxima era o prefeito. O prefeito pouco influenciava. Ele delegava o poder ao Secretário da educação. Então, eu não posso dizer que houve interferência do Sr. prefeito municipal na minha gestão. Ele era comunicado das decisões, mas eu era o executor. Em geral, eu não tinha problemas de verbas, de contratação. Tinha sim dificuldades, mas o que era decidido a nível das secretarias era executado. da mesma forma que eu não interferia dentro dos CEPEC's com relação a

seus critérios." (9)

"No começo, bem no comecinho eles deram muita autonomia pro bairro, então a gente começou cobrar porque essa autonomia pro bairro, de vamos supor, interferir no interno do serviço era bpm que as mães tivessem tomado conhecimento do trabalho, mas o espaço que eles deram foi muito que chegou um tempo, a gente perdeu um pouco, porque o funcionário acabou sendo desrespeitado. Portanto, tem que haver uma dosagem meio certa aí - a comunidade com acesso porque afinal, eles estão deixando o filho dele, querem saber como funciona, de que maneira esta sendo tratado - é um direito que ele tem, mas passou um tempo, passou a haver desrespeito com o funcionário (...) a gente sentiu até que um pouco de repressão dos pais. Foi um período. Mas a participação tem que ter seus limites." (10)

"Na sua síntese era um processo extremamente democrático. Você vê que era extremamente democrático, porque você analisa a época, a conjuntura que se desenvolveu e aí você vê o quanto era extremamente democrático com problemas com coordenadores, com secretários, mas isso de forma alguma colocou em risco os níveis de democratização que existiam.

Havia uma descentralização de responsabilidades sim. O que era centralizado no meu entendimento, num processo democrático é a tomada de decisões. Eu acho que as decisões devem ser tomadas democraticamente. Agora, as decisões, as resoluções de como isso deve ser feito devem

ser centralizadas. Isso realmente ocorria. Quando uma coisa tinha que ser feita, se fazia. Não tinha que ficar se reunindo. O processo de discussões dessas decisões era democratizado."

CEPEC - a escola cidadã, encontra seus avanços dentro da sociedade através da participação.

"A participação era um ciclo. Se voce consegue gerar um fator de motivação nas pessoas, essas pessoas começam a reagir reciprocamente a isso. Então, como era dando informações a eles, e eles estavam amadurecendo está essas informações, então quando a fruta está madura, ela por si mesma cae. Era bem isso, Eles estavam começando a absorver essas informações, então, automaticamente gerava uma motivação de um querer saber mais. É uma troca. Tudo vinha de encontro ao que estavam sentindo das necessidades. Então, de repente, você não dava uma coisa muito distante do mundo em que elas viviam. Começa a pegar de imediato nas pessoas. Isso gera a motivação, gera a necessidade já. Só que essas necessidades já, quando você proporciona que as pessoas venham, você tem que dar condições para que elas absorvam o depois também, o amanhã para os seus filhos. Aí é que vai surgindo a conscientização. Então eu acredito que partiu delas sentirem que estavam recebendo informações para o imediato delas, por uma melhoria de vida delas e de quem estava ao seu redor. (...) Nós geralmente instigávamos para que eles tivessem propostas (duas ou três), para que eles pudessem ter uma escolha maior. Evidentemente, sempre

partia-se de um individualismo mais próximo, mas é um processo normal, até se chegar ao coletivo." (12)

"A proposta do CEPEC, tinha que ser adequada ao tipo de população que íamos trabalhar. Então., se a gente for trabalhar com lumpesinato, que a gente acabou trabalhando em alguns locais, o trabalho é mais assistencial e pronto. Não adianta querer ir mais longe que isso. Então, a idéia do CEPEC tem que se restringir a bairros onde realmente existe - aqueles setores de classe que tenham uma consciência política mais avançada que tenha condições objetivas para desenvolver essa consciência. Não adianta você dizer, que é discriminação. Não, não é. É um dado de realidade. Então por exemplo, Sta. Terezinha, Vila Independência, Piracicamirim a gente conseguia realizar esse trabalho. O engraçado, como nós escolhíamos os funcionários na prática, meio que refletiam o pensar o próprio bairro, o agir do próprio bairro. Então, evidentemente que os funcionários eram a nata do bairro, o que tinha de melhor no bairro e você já podia ver por aí a dificuldade que aquelas pessoas tinham até de serem treinadas, de realizarem um trabalho. (...) Naqueles bairros onde haviam uma fixação maior dos pais, os funcionários também tinham uma adesão de atuação política mais forte uma atuação da militância do próprio bairro. Era uma questão da vivência, da participação. (...) O CEPEC acabou se transformando inclusive com o tempo num espaço de outras atividades. Não só as geradas pelo CEPEC, mas as assembléias que se faziam

com os secretários municipais, a própria comunidade faziam as suas festas." (13)

CEPEC - a escola cidadã, transforma as pessoas de objetos em sujeitos da história.

"Esse trabalho influi muito na minha vida. Até a nível pessoal. Eu era menina de 18 anos, que queria fazer faculdade, mas nem pensava muito nisso, pois tinha que trabalhar pois meus pais eram operários, semi-analfabetos. Então, essa coisa da consciência, da política, da participação na vida pública, era uma coisa que nunca tinha passado pela minha cabeça. Era uma coisa muito distante do meu dia-a-dia, da minha rotina (...) eu acabei fazendo ciências sociais. Depois disso eu fui do Centro Comunitário, fui do Centro Acadêmico. (...) A Prefeitura Municipal naquela época teve um trabalho inovador sem dúvida nenhuma, eu sou um dos quadros formados pela prefeitura de Piracicaba no ano de 81 e acho que foi esse um dos processos mais importantes que a prefeitura de Piracicaba fez naquela época. Criou-se a consciência política nas pessoas principalmente no pessoal da Educação, que era muito trabalhado. A gente lia muito, a gente estudava muito, era repassado muito texto, a gente fazia muitas reuniões, a gente conversava muito. A gente tinha consciência do nosso projeto de educação.

Nós tivemos cara, no pleito de 82. Nós queríamos que o plano de Educação continuasse e a gente era

visto por todos os candidatos, até pelos do PMDB, que a gente era João Herrmann fechado. Então, a primeira coisa que eles diziam que fariam - era matar a Secretaria da educação. Nós eramos quadros políticos e a gente realmente incomodava. Caso eles entrassem na prefeitura, a gente ia questionar, a gente ia querer a continuidade do projeto."

(14)

"A questão da participação foi um aprendizado muito rico. (...) permitia discutir a educação não solta, mas com seus problemas inerentes da própria experiência que a gente realizava, mais o seu processo de vinculação com administração política do João. Então, nós eramos um grupo que com o tempo passou a ser ouvido e muito pela administração, porque era um grupo que tava na principal frente de batalha do João porque as outras experiências, como saúde e tal não deram resultados. foram experiências que acabaram se tornando, ou seja, o objetivo de trabalho dessa experiências acabaram se transformando num fim em si mesmo. Então, voce dá saúde pro povo e pronto, como se Educação fosse dar creche, como ficou quando a gente saiu de lá."(13)

"De repente, eu despertei, embora tenha tido uma faculdade, tenha tido as oportunidades de reuniões estudantis, de movimentação estudantil, nunca foi uma coisa que realmente me chamou a atenção. Eu tenho uma amiga que é muito partidária, é muito política gosta muito de política, estudou a história da política, mas ela nunca conseguiu me envolver para esse tipo de coisa. Na realidade, quem me

despertou uma consciência mais política, em termos de ter uma necessidade de participação, que a minha participação era importante, embora ela não fosse nem partidária, mas fosse uma participação de conscientização, que as pessoas fossem se despertando, foi nessa época. Eu era totalmente omissa (...) a partir desse trabalho, eu mudei a minha postura depois. Eu era uma pessoa que não enxergava a minha postura. Eu atribuía aos políticos a responsabilidade das mudanças. Inclusive, os meus votos nunca foram conscienciosos de verificar a vida da pessoa. Sempre era de indicação ou pelo pai, ou pela família. Nunca pelas propostas, pelo que a pessoa já tinha apresentado. Se ela merecia ou não credibilidade. Esses questionamentos vieram depois." (12)

"A minha vida mudou bastante. Eu odiava classe pobre. Eu não queria mexer. Eu achava que não era por aí. Achava que a gente tinha que pensar em sempre tocar para frente. Aí, quando eu comecei a trabalhar com eles, meu pai sempre falava: - vá numa favela pra ver como eles vivem. Aí piorou as coisas; meu pai falava: agora você foi e quer melhorar o mundo todo e você não vai conseguir sozinha (...) a gente trabalhou e melhorou bastante o meio dessa gente, porque o pessoal foi tomando consciência das coisas." (3)

"Antes eu de política, eu não entendia, apesar de já ter feito um trabalho social, mas me abriu bastante o campo da visão política porque pouco entendia de política. Os macetes da política, as sujeiras que tem no meio, a corrupção que tem no meio todo, então eu comecei a

compreender, inclusive termos políticos. Mas a minha visão ficou bem aberta das injustiças que se fazem e se faziam e que o povo tem um direito de ter, de ser bem atendido e ter uma condição de vida e, de ter o dinheiro que eles empregam nos impostos, mais taxas e tudo isso, de volta, em benefícios para eles mesmos. Sabe, eu comecei a compreender tudo isso e ver. Quanta sujeira havia na política e não se fazia nada e a partir daí eu comecei a ver também que se pode fazer alguma coisa. Através da administração do João Herrmann, eu comecei a sentir que realmente querendo fazer alguma coisa, fazer o retorno do dinheiro para o povo, é possível desde que se queira, que se realize um governo justo voltado realmente para o povo. Então, me abriu realmente o campo da política porque antes eu pouco entendia. Eu sabia fazer muitos, o trabalho assim social, de ajuda que fazia no seminário, que trazia o aspecto religioso. e ali era o político e me abriu o campo para um entendimento maior das coisas." (15)

"Esse trabalho influiu bastante em minha vida. É aquela coisa, se formar, informar e também formar. Isso é bem um trabalho político, que dizer que eu aprendi muito com eles, eu ensinei muito também. Acho que foi uma troca gostosa (...) mudou muito a minha visão de mundo, a minha visão de crianças que eu tinha. Eu sempre morei no centro da cidade, então, são outros valores, é um outro mundo. É como se a gente saísse de uma cidade e fosse para outra cidade, porque os problemas eram muito diferentes. Mesmo os

problemas dos funcionários eram diferentes dos problemas que eu tinha passado na minha vida. Mesmo com os pais, a gente aprendeu muito. Eu passei a ter uma outra visão de sociedade, uma outra visão do mundo, inclusive mudou muito a minha vida." (7)

"Um trabalho desse acho eu, influi na vida de qualquer pessoa. Na minha mais profundamente até porque traz mais frustrações do que alegrias. Primeiro, porque você entra sabendo que você vai lutar num determinado período da história em quatro anos de governo. Você não muda a história em quatro anos de governo. E era o tempo que nós tínhamos. Depois houve uma prorrogação, mas nós tínhamos quatro anos pra viabilizar o projeto, pra viabilizar verbas. Quatro anos é um espaço muito curto, é um espaço enormemente pequeno dentro de um processo revolucionário. Imagine quatro anos dentro de um processo capitalista, autoritário e com Maluf no governo do Estado que tinha um conceito muito claro de quem era aliado, de quem era inimigo. Então, a gente tinha idéia disso, queria fazer isso, transformava a vida da gente, mexendo na massa, mexendo com aquelas pessoas que abriam os seus olhos, as chamadas que a gente via que as pessoas se despertavam pela luta nova que participavam e com aquela frustração de que tudo ainda era pouco em relação a luta maior. Tanto é assim que a questão da sucessão municipal é a questão básica dentro de um programa municipal qualquer que seja ele porque como não existe até hoje, partidos definidos, a sucessão se dá muito mais por homens,

por desejos e por programas que cada um coloca sua forma do que por uma linha partidária. Então, o MDB depois o PMDB que era, depois quem ganhou pelo PMDB em Piracicaba e hoje pelo outro partido que esta no poder que é o PT. Quer dizer, cada um tem uma linha distinta e acaba saindo do calibre popular. A transformação da minha vida se dava muito mais do que vocês pensam pela frustração de ver aquilo que a gente estava envolvido, de não dar a eles sonhos maiores. Era impossível conter a alegria do pessoal dos bairros quando colocava assim na frente dos ônibus do CEPEC do Agodoal. "O CEPEC é até linha de ônibus" Os próprios quadros ideológicos vibravam (...) a gente sentia essa alegria, mas por dentro ficava a visão ideológica mais profunda quer dizer, esse povo está se entusiasmando, mas eles só vão mudar sua vida, só vão mudar sua história daqui dez, quinze, vinte anos. Quer dizer, a necessidade cada dia me calava mais no sentido de que aquilo era pouco. Era preciso fazer mais, era preciso sair do âmbito local, era preciso ter essas políticas municipais mas era preciso ganhar o poder central. Era preciso mudar a Nação para que nós pudéssemos ter um roteiro histórico sem essas turbulências, sem essas derivações que ocorrem a cada eleição." (16)

CEPEC - a escola cidadã resgata um axioma político que afirma não existir democracia estável sem partidos políticos fortes. Poderíamos ir mais longe ao inferir que os partidos somente seriam significativos numa sociedade organizada e mais, somente seriam permanentes, se

a democracia representativa também fosse participativa.

Os partidos são responsáveis pela transformação dos desejos sociais em direitos políticos. No Brasil, este processo formalmente sempre se deu através dos governos instalados no poder que adotavam práticas paternalistas e oportunistas. As excessões se devem aos partidos revolucionários e movimentos na sociedade civil que não chegaram a se transformar em partidos.

"O PMDB, nunca engoliu o João e João falava em nome do PMDB, mas haviam brigas que estavam sendo antecipadas e que estão rolando e agora ficou tudo tão claro - quem é PSDB, quem é centrão, quem é PMDB e o João representava uma ala das mais progressistas e quem apoiou o João nos momentos difíceis foi o PC dentro do PMDB. Era o PMDB, na figura do Goldman Resk. Não foi Fernando Henrique, não foi o Robertão e nem o Sr. Ulisses. (...) Era o PC que via Gadelha, apoiava. Não era o PMDB que incorpora o Sr. prefeito." (17)

"Na época, a gente não tinha vida partidária. Nós tínhamos uma vida política social, mas não tínhamos uma política partidária. Mas, eu entendo que faltou respaldo do partido político. O partido político não se envolveu. Foi uma coisa mais personalista, era mais o João, era mais o prefeito que coordenava o processo e quando a briga passou para a indicação do candidato, não valia a pena, a gente brigar por nenhum dos três candidatos indicados pelo partido. Nenhum deles significava a continuação do processo

de organização da comunidade, porque houve uma deficiência intra-partidária. Nós não brigamos dentro do PMDB, da época. E foi justamente, esse PMDB que aniquilou o processo, que acabou indicando três candidatos. Nós sabíamos que o PMDB, ganharia em Piracicaba, nós tínhamos certeza desse dado o processo de organização, mas infelizmente, como nós não tínhamos feito aquele trabalho interno, dentro do PMDB, nós perdemos a eleição. A gente, eu diria, que se não fosse a resistência desse grupo frente a FOPOP (Federação das Organizações Populares) eu diria que o Adilson conseguiu realizar seu intento em parte, de desmobilizar a comunidade piracicabana. Hoje, ela está desmoralizada. Se você convoca uma reunião, uma assembléia no bairro, muito pouca gente participa. Então, ele conseguiu desmoralizar, mas ele não conseguiu quebrar, não conseguiu aniquilar essa organização." (5)

Mais recentemente assiste-se a derrocada de um governo ilegítimo (= governo militar) por uma ampla frente ideológica que reunia o que se pode chamar de embriões de novos partidos políticos que ao lado dos partidos comunistas começam a se instalar na sociedade na sua caminhada para um regime democrático.

Pode-se afirmar com certeza que o Brasil nunca possuiu uma prática política exercida pelas maiorias até porque esta devesse ser acompanhada por um senso crítico social e por uma consciência política de nosso povo, binômio que as elites brasileiras habilmente conseguiram castrar

durante nossa história. "A gente tinha uma ilusão de que a população organizada ia conseguir segurar isso tudo. Houve manifestação dos Centros Comunitários, mas uma manifestação tardia, no momento em que já havia ido. Porque houve toda uma reorganização, porque esse movimento teve influencia na sociedade local e essa sociedade local se armou contra isso. Foi hábil de tomar o partido para si e no momento correto nós perdemos o espaço dentro desse partido. Houve divisões que não poderiam ter ocorrido. O movimento popular ficou apático nessa questão. Então, o que houve foi uma tomada de consciência muito tardia que ainda há até hoje. Aí, foi o grande erro, foi a falha de canalizar tudo isso para uma proposta política clara, de partido." (11)

Assim é que devemos pensar no Brasil ao lado da existência dos partidos, na existência concomitante de uma árdua tarefa de mobilização social, incansável luta pela organização popular e um trabalho cotidiano cultural e educacional no sentido da elevação da consciência política da sociedade.

Os partidos que existiram e vicejaram no poder sempre tiveram o papel de condutores dos destinos sociais do nosso povo em nome das elites brasileiras e quando não, em nome de um projeto colonial e até ao extremo do papel sub-imperialista. Mesclavam-se eles com sua atuação política no incosciente popular.

"Não tinha na época nenhum interlocutor pro João. Com que ele ia conversar? Com os outros trinta

prefeitos que também tinham municípios menores que os dele com outra realidade que não era uma coisa urbana, industrial de Piracicaba. Não tinha. Os outros municípios eram menores, outras características. O João conversava então com seus assessores e no próprio PMDB, que o João sempre falou no PMDB - por exemplo: a luta pelo rio Piracicaba - PMDB; congresso da UNE - PMDB; encontro dos prefeitos - PMDB. E no entanto era em nome do PMDB do João, que era mais a esquerda, mas não era o PMDB." (17)

Mas, por mais que nestes cem anos de história republicana os partidos tenham sido interlocutores de uma minoria encastelada no poder não conseguiram realizar o projeto de uma nação democrática pluri-classial dominada por uma classe dirigente que hoje se mostra esgotada no seu papel. Até para partidos falaciosos sua sobrevivência está calcada na existência da Democracia.

Estão os partidos políticos no Brasil para a ausência da vida democrática assim como os cidadãos para uma sociedade justa e igualitária. Não havia partidos nem democracia, assim como não existia cidadãos nem a sociedade igualitária e é "ai que o João se destaca, que o trabalho de Piracicaba aparece como democrático, porque quando se juntavam com os centros comunitários, quando os funcionários se juntavam nesses centros, ninguém era ARENA, eram PMDB ali, a nível local eram PMDB pois o João representava a ousadia." (17)

O projeto é fabular - como a do ovo e a galinha. Quem veio primeiro? Os partidos políticos ou a Democracia? Não se pode discutir isso. O surgimento, o amadurecimento e a perenidade são umbilicais no tempo.

Devam estar, Democracia e Partidos juntos no nascedouro, no projeto, no processo e na consolidação. "A democracia para nós, não era só um trampolim para o socialismo. A democracia tinha um fim dela mesma. Então precisávamos executar essa democracia e isso veio com a Administração Municipal de Piracicaba" (17)

Devemos com isto deixar claro que nossa história desde a participação universal até a local, sempre se manteve mais atrelada a projetos alienígenas que nacionais e muito mais a pessoas que a idéias.

A carta de navegação numa sociedade é dada pela ideologia. Somente ela permite movimentos mais longos e duradouros. Somente o processo ideológico carrega as bandeiras de um povo em nome de uma Nação livre, soberana e democrática.

Suas ausências permitiram o país que vivemos. Nos fracassos e nas esperanças frustradas. Nos caudilhos, nos salvadores, nos ditadores e nos mártires.

A aurora democrática traz consigo o nascer dos partidos e a prática democrática se acompanhará da consciência política.

Os projetos serão mais duradouros e sobreviverão às vicissitudes. As derrotas e as vitórias não

serão sístoles e diástoles dos direitos de um povo - serão os cidadãos árbitros irremovíveis indissociáveis da História de sua Pátria. "Olha, não continuou como era antes. nós ficamos sem saber porque eles tiraram a turma que assessorava a gente. Eram moças e rapazes capacitados e elas ajudavam a gente a crescer bastante. No começo a gente tinha um pouco de receio, mas depois a gente foi vendo que elas tinham só mais a ensinar nós e depois nós tivemos que ficar ao deus Dará, como diz o negócio e assim vamos tocando. Antes a gente tinha, como dizer, companhia no trabalho, como diz o caso. Hoje a companhia nossa é nós mesmo e continuamos a dar o que a gente dava antes." (2)

Com Partidos fortes e Democracia se estará dando um avesso a História recente do Brasil e uma explicação política e verdadeira da situação da dependência e pobreza em que ainda vive nosso país.

A Educação é uma vontade política mergulhada no seio de partidos por distintas visões ideológicas e que se revolucionária remete um povo à luta pela conquista de uma sociedade democrática.

CEPEC - a escola cidadã era isto - uma vontade política, um processo ideológico, uma visão partidária, um momento democrático que fez as pessoas sonharem com a felicidade de um dia serem livres e iguais. "Não dá para esquecer, não dá para anular esse pedaço da vida da gente."

(3)

CEPEC - a escola cidadã, nos dá isso - o sonho da utopia - o sonho de que indivíduos de hoje possam ser amanhã titulados cidadãos.

## BIBLIOGRAFIA

ARROYO, M.G. A escola e o movimento social: relativizando a escola. Revista ANDE. n.12. SP. 1987.

————— Educação e Exclusão da Cidadania. Educação e Cidadania: Quem educa o cidadão? Editora Cortez/Autores Associados. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. n. 23. SP. 1987.

————— Administração da Educação, Poder e Participação. Educação e Sociedade. N.2. SP. 1979.

BEZERRA, A. Conversando com os agentes. Cadernos de Educação Popular 3. Editora Vozes. 2.<sup>a</sup> edição. Petrópolis. RJ. 1983.

BRASILEIRO, A.M. O Município como Sistema Político.

CUNHA, L.A. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Editora S.A. Livraria Francisco Alves RJ. 3.<sup>a</sup> edição. 1978.

DRAIBE, S.M. O padrão brasileiro de proteção social: desa-

fiosà democratização. *Análise Conjuntural*. Vol. 8. SP. 1986.

EDUCAÇÃO POPULAR. Consolidar o Poder Ideológico e Político do Povo. *Solidaried*. Bogotá. Abril 1981. Tradução e Adaptação publicada pelos Cadernos do CEAS. N. 77. Jan-Fev. 1982 e O SÃO PAULO N. 1352. Texto mimeografado.

FERNANDES, R. A Educação e o Poder Local. *Revista de Administração Democrática - Poder Local*. N. 84. Lisboa. 1977.

FREINET, C. Para uma Escola para o Povo.

GARCIA, P.B. Saber Popular/Educação Popular. *Cadernos de Educação Popular* 3. Editora Vozes. 2.<sup>a</sup> Edição. Petrópolis. RJ. 1983.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Editora Civilização Brasileira. 4.<sup>a</sup> Edição. RJ. 1982.

HERRMANN, J. Teses para um Governo Democrático. Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Brasília, DF. 1983.

HERRMANN, J. Administração Municipal de Piracicaba: a serviço de quem? *Democracia Feita em Casa*. Câmara dos Depu-

tados. Centro de Documentação e Informação. Brasília. DF. 1984.

————— Um compromisso político: a reconstrução do futuro. Democracia Feita em Casa II. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília. DF. 1985.

————— Estratégia em Educação de Base. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília. 1986.

————— e MAFFEIS, J. Análises dos Mandatos de João Herrmann. 1988. Texto mimeografado.

KRAMER, S. A Política do Pré-Escolar no Brasil. Editora Achimé. RJ. 1982.

LEAL, N. Coronelismo, Voto e Enxada. Ed. Alfa-Omega. 4.<sup>a</sup> edição. SP. 1978.

ROCHA, R. Educação Popular e Poder. Anais da Conferência Brasileirade Educação. Editora Cortez. Autores Associados. SP. 1981.

RODRIGUES, N. As relações entre o Estado e a Sociedade do Brasil: a Rebelião por Dentro. Democracia feita em Casa. Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informa-

ção. Brasília. DF. 1984.

————— Por uma nova Escola. Ed. Cortez. Autores Associados. 5.<sup>a</sup> Edição. SP. 1986.

SAVIANI, D. Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica. Ed. Cortez. Autores Associados. 5.<sup>a</sup> Edição. SP. 1985.

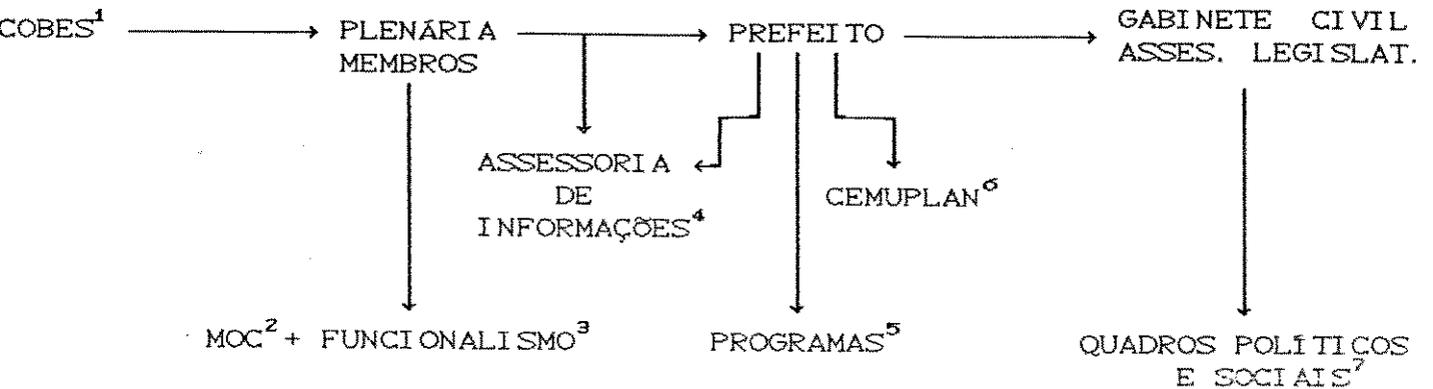
————— Educação, Cidadania e Transição Democrática. A Cidadania que não temos. Ed. Brasiliense. SP. 1986.

————— Educação Brasileira: Estrutura e Sistema. Ed. Cortez. Autores Associados. 6.<sup>a</sup> edição. SP. 1987.

A N E X O S

## ANEXO II

### ESTRUTURA INFORMAL E POLÍTICA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL CONSELHO SUPERIOR DE GOVERNO



<sup>1</sup> COORDENADORIA DE BEM ESTAR SOCIAL. \*

<sup>2</sup> SOCIEDADE - Centros Comunitários, Conselhos Sociais (Saúde, Habitação, Educação e Abastecimento), Conselho Meio (Concorrencias, Impostos, Legislação), Conselho executivo (Obras, Bens e Serviços), Federação das organizações populares de Piracicaba Conselho Orcamentário dos cidadãos, Conselho Tarifário de Natureza Social. \*

<sup>3</sup> QUADROS DA PREFEITURA MUNICIPAL - Associação dos Funcionários Públicos Municipais, Cooperativa Municipal, Secretarias, Assessorias, Coordenadorias, Autarquias (SEMAE) Comite de Dirigentes Operários, Comite Técnico, Comite Jurídico e Programas. \*

<sup>4</sup> ORGÃO POLÍTICO. \*

<sup>5</sup> CARGOS DE CONFIANÇA - Gerência do Programa CURA, Programa Municipal de: Educação, de Saúde, de Segurança da Periferia, embelezamento da cidade, habitação, Transportes urbanos, Movimento de Cultura Popular, Conselho de Defesa do patrimonio Histórico e Artístico de Piracicaba, Engenho Central e Programa Municipal Abastecimento. \*

<sup>6</sup> ORGÃO TÉCNICO. \*

<sup>7</sup> QUADROS POLÍTICOS E SOCIAIS - Vereadores, Sindicatos, Núcleos Partidários de Base, Gerentes de Programas, Camara Social, Camara Meio, Camara Executiva, Militantes. \*

OBS. : \* SOCIEDADE ORGANIZADA TUTELANDO O ESTADO.

A N E X O I

ROTEIRO DA ENTREVISTA

OBJETIVOS	QUESTÃO DO ROTEIRO
<p>1. Verificar a qualificação e o nível de atuação dos entrevistados nos CEPEC's, na Administração e nos bairros</p>	<p>1. Qualificação do entrevistado: Nome: Profissão: Função que exercia: Bairro:</p>
<p>2. Verificar as formas de organização existentes</p>	<p>2. No período de 1977 a 1982 (Administração do Prefeito João Herrmann Neto) houve a implantação dos CEPEC's em vários bairros da cidade. No bairro em que você participou como foi feita essa implantação?</p>
<p>3. Verificar o grau de interferência do entrevistado no que diz respeito à implantação dos CEPEC's.</p>	<p>3. Como se deu sua participação nesse processo?</p>
<p>4. Verificar se essa implantação foi algo imposto pela Administração ou algo reivindicado pela comunidade.</p>	
<p>5. Verificar se o entrevistado procurou a Administração para obter um emprego ou por acreditar em uma proposta de participação em um novo processo.</p>	

OBJETIVOS	QUESTÃO DO ROTEIRO
<p>6. Verificar se essas motivações diziam respeito a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhoria de qualidade de vida</li> <li>- Melhoria de ensino</li> <li>- Construção de uma sociedade justa</li> <li>- Outras</li> </ul>	<p>4. Quais as principais motivações que as pessoas tinham para participar dessas atividades?</p>
<p>7. Verificar se a participação do entrevistado, no processo, permitiu uma elevação do seu grau de consciência.</p>	<p>5. Como essa participação influiu em sua vida?</p>
<p>8. Verificar se os mecanismos instalados pela Administração:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conselho Pedagógico</li> <li>- Conselho de Avaliação</li> <li>- Câmara Social</li> <li>- Câmara Meio</li> <li>- Câmara Fim</li> <li>- Conselho de Governo</li> </ul>	<p>6. Como eram tomadas as decisões sobre o funcionamento de cada CEPEC, centros comunitários, comissões, administração (Secretarias)?</p>

---

OBJETIVOS

---

---

QUESTÃO DO ROTEIRO

---

- Outros;

auxiliaram no processo de participação efetiva da comunidade, nos rumos da cidade.

9. Verificar as relações de poder, ou seja, se os Secretários, o Prefeito, os Diretores, os líderes de bairros, pais de alunos, professores, monitores, descentralizavam seu poder de mando a fim de possibilitar o acesso de todos os envolvidos no processo de tomada de decisão.

10. Verificar se a descontinuidade do processo está relacionada ao:

- papel dos partidos políticos
- papel das associações e

7. Como eram as relações entre os vários participantes do processo? (Secretários, Prefeito, monitores, diretores, líderes de bairro, pais de alunos, professores, etc.)

8. Na sua opinião, por que não foi dada continuidade ao processo iniciado?

---

OBJETIVOS

---

QUESTÃO DO ROTEIRO

- centros comunitários
- trabalho realizado somente com uma parcela (desprivilegiada) da população
  - retomada do poder local, pela burguesia ligada ao setor industrial
  - desvinculação da proposta de administração municipal do poder estadual e central
  - nível incipiente de conhecimento do processo por parte dos envolvidos
  - pouco tempo de vida da experiência.

### A N E X O III

#### IDENTIFICAÇÃO DOS DEPOIMENTOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO

[1] IRACEMA, Professora de 1.º grau do Estado. Exerceu a função de Professora de Educação Complementar no CEPEC de Santa Terezinha, no período de 1977 a 1983. Hoje é professora efetiva do estado a nível de 1.º grau.

[2] ANTONIA, ex-empregada doméstica. Exerce a função de monitora (berçário) no CEPEC da Paulicéia desde 1981 até hoje.

[3] SOLANGE, ex-secretária de consultório odontológico. Exerceu a função de professora de educação complementar, no CEPEC do Algodual, no período de 1981 a 1983. Hoje é formada em Pedagogia, especialização em Educação Especial, pela UNIMEP e atua como assessora de vereador na área de Educação na Câmara Municipal de Piracicaba.

[4] MARIA HELENA, ex-auxiliar de enfermagem. Exerce função de monitora (creche) no CEPEC da Paulicéia desde 1981 até hoje.

[5] SERGIO, ex-integrante de grupo de jovens - Irmãos Sol - da Vila Rezende. Exerceu a função de professor de educação complementar no CEPEC do Algodual, no período de 1981 a 1984. Hoje é desenhista, estudante de Economia na UNIMEP e militante do Partido Socialista Brasileiro.

[6] LEILA, Psicóloga. Exerceu o cargo de Diretora, no CEPEC da Vila Fátima, no período de 1981 a 1983. Hoje é

coordenadora do Plano Municipal de Educação da Administração Municipal de Piracicaba.

[7] MARIA INES, professora efetiva do Estado. Exerceu o cargo de professora de educação complementar no CEPEC de Santa Terezinha, no período de 1977 a 1983. Hoje é monitora de Língua Pátria na Delegacia de Ensino de Piracicaba.

[8] TEREZINHA, ex-empregada doméstica. Exerce o cargo de monitora (berçário) no CEPEC do Piracicamirim desde 1977 até hoje.

[9] BARJAS, ex-professor de Economia da UNIMEP. Exerceu o cargo de Secretário da Educação na Administração Municipal de Piracicaba, no período de 1981 a 1983. Hoje professor de Economia da UNICAMP e vereador no Município de Piracicaba.

[10] EUNICE. Exerceu o cargo de monitora de creche no CEPEC da Vila Fátima, da Administração Municipal de Piracicaba, no período de 1981 a 1983. Hoje é professora de Educação Artística na educação complementar no mesmo CEPEC.

[11] OSVLADIR. Exerceu o cargo de monitor (creche) no CEPEC do Piracicamirim, no período de 1977 a 1981. Hoje é assessor político do Deputado Federal João Herrmann Neto em Piracicaba, SP.

[12] ANGELA, psicóloga. Exerceu o cargo de Diretora no CEPEC da Paulicéia, no período de 1982 a 1984. Hoje é Diretora da APAE - Associação dos Pais e Mestres dos Excepcionais.

[13] ALEXANDRE, ex-professor de supletivo. Exerceu o cargo de Coordenador na área de Matemática do Plano Municipal de

Educação de Piracicaba no período de 1981 a 1983. Hoje faz parte da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

[14] EDENIZE. Exerceu o cargo de secretária no CEPEC da Vila Sonia e depois no CEPEC de Santa Terezinha, no período de 1981 a 1983. Hoje é formada em Ciências Sociais pela UNESP - Araraquara e trabalha no Instituto de Cultura e Políticas Públicas em Piracicaba, SP.

[15] DORIVAL, ex-seminarista. Exerce o cargo de professor de educação complementar no CEPEC da Vila Fátima, de 1981 até hoje.

[16] JOÃO HERRMANN, ex-Secretário Municipal de Obras de Piracicaba. Exerceu o cargo de Prefeito da Administração Municipal de Piracicaba, no período de 1977 a 1982. Hoje é Deputado Federal em Brasília, DF.

[17] ANA LÚCIA, ex-estudante de Mestrado em São Carlos. Exerceu o cargo de Coordenadora da área de pré-escola no Plano Municipal de Educação na Administração Municipal de Piracicaba, no período de 1977 a 1983. Hoje é professora na Faculdade de Educação da UNICAMP e aluna de Doutorado na USP.

## CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS TERMOS

**EDUCAÇÃO POPULAR:** A educação que se insere nas lutas de classes, no interior e em função do povo oprimido por sua libertação e, mais concretamente, no âmbito da luta ideológica que é parte da luta de classes.

**EDUCAÇÃO BÁSICA:** Instrumento fundamental ao exercício da cidadania.

**PARTICIPAÇÃO:** É o processo histórico de conquista da democracia, de liberdade e auto-promoção.

**QUALIDADE DE VIDA:** Superação da pobreza política e pobreza sócio-económica.

**VISÃO CRÍTICA:** Perceber as agressões externas das quais a comunidade é vítima.

**RESGATE DA CIDADANIA:** Recuperação da dignidade humana, da decência social, de compromisso político.

**EQUIPAMENTOS:** Todas as instituições existentes nos bairros para servir a comunidade, no caso, os CEPEDE's, os postos de saúde.

GERÊNCIA: Forma de gestão por objetivos, tornando o trabalho, num processo mais lento, assegurando a sua preservação.

TERMINAIS: Pais, alunos e comunidade que frequentam CEPEC's.